



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
Conselho Superior

Ata 14/2023 - CONSUP/RE/IFAP

23 de setembro de 2023

Ata da 36ª Reunião Virtual Extraordinária do Conselho Superior – 2023/IFAP.

1.ABERTURA DA REUNIÃO: Aos vinte e um dias do mês de agosto de dois mil e vinte três, às nove horas e dezessete minutos, participaram da reunião do Conselho Superior do IFAP, os membros deste Conselho Superior: Welber Carlos Andrade – **presidente**; José Leonilson Abreu da Silva Junior e Victor Hugo Gomes Sales **representante do Colégio de Dirigentes**; Juliana Eveline dos Santos **representante dos docentes**, Felipe Brener B. de Oliveira Telma Adriana Souza Lobato **Técnicos administrativos**; Márcio Gétulio Prado de Castro – **representante da Sociedade Brasileira de Educação Matemática - SBEM Diretoria Regional do Amapá**. Patrick de Castro Cantuária - **Instituto de Pesquisa Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá – IEPA – Antônio Jovino Santos da Silva. Representante dos Egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá**, Cleverton França Vaz **representante dos Discentes** e Alan Rodrigues da Silva – **Representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amapá – CREA/AP**, Suélen Felix Pereira - **Representante da Universidade Estadual do Amapá – UEAP**.

1.1.Abertura pelo Presidente do Conselho: O presidente cumprimentou a todos, desejou boas-vindas
1.ABERTURA DA REUNIÃO: Aos vinte e um dias do mês de agosto de dois mil e vinte três, às nove horas e dezessete minutos, participaram da reunião do Conselho Superior do IFAP, os membros deste Conselho Superior: Welber Carlos Andrade – presidente; José Leonilson Abreu da Silva Junior e Victor Hugo Gomes Sales representante do Colégio de Dirigentes; Juliana Eveline dos Santos representante dos docentes, Felipe Brener B. de Oliveira Telma Adriana Souza Lobato Técnicos administrativos; Márcio Gétulio Prado de Castro – representante da Sociedade Brasileira de Educação Matemática - SBEM Diretoria Regional do Amapá. Patrick de Castro Cantuária - Instituto de Pesquisa Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá – IEPA – Antônio Jovino Santos da Silva. Representante dos Egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Cleverton França Vaz representante dos Discentes e Alan Rodrigues da Silva – Representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amapá – CREA/AP, Suélen Felix Pereira - Representante da Universidade Estadual do Amapá – UEAP. 1.1.Abertura pelo Presidente do Conselho: O presidente cumprimentou a todos, desejou boas-vindas trigésima quinta reunião virtual extraordinária do Conselho Superior do IFAP, discorreu que trouxeram para apreciação da comunidade acadêmica, do Conselho Superior a minuta do regulamento relacionada à consulta para os cargos de reitor e diretor e diretora geral dos campi do IFAP. Em seguida desejou a todos um excelente manhã de trabalho, discorreu aos que estavam assistindo pelo canal institucional pela TVIFAP, desejou boas-vindas. Continuando agradeceu em nome do conselho superior a participação de todos, concedeu boas-vindas a presidente da comissão eleitoral central a docente Hanna Bezerra, pela participação e por aceitar presente com o pleno apresentando a minuta. 1.2.Verificação do Quórum Regimental: O presidente perguntou a secretária, se haveria quórum? A secretária informou que naquele momento estavam com onze conselheiros, contando com o presidente. 1.3.Aprovação da pauta única e exclusiva: Em seguida o presidente submeteu a pauta para aprovação, e solicitou aos membros que se manifestassem através do chat, acerca da aprovação da pauta, não havendo objeções contrárias, pauta única e exclusiva aprovada. 2.0 Expediente. 2.1.Justificativas de Ausências: a secretária informou que o conselheiro Iguarassu, estava em viagem a trabalho juntamente com sua suplente. A conselheira Leila, pediu afastamento do Consup no qual ela tem interesse em participar do pleito e o seu suplente não tinha como estar convocando. A conselheira Suelen Félix estava em aula e seus suplente professor Claudionor estava em viagem institucional. A secretária informou que o conselheiro Cláudio Alex, não seria mais conselheiro no Consup como representante do MEC, e provavelmente a nova reitora do IFPA estará representando MEC e sua suplente a conselheira Nilra Jane, já tinha um compromisso institucional marcado. O presidente lembrou aos conselheiros que os pedidos de afastamentos precisam ser

encaminhados com antecedência para que a presidência possa fazer a análise e encaminhar para os procedimentos devidos, para que situações como essas possam ser evitadas, porque deixam vulnerável todo o processo, que não podem ter de forma alguma uma comunicação em cima do prazo, inclusive com a minuta e o parecer do procurador, documentos que são oficiais, que antes do processo ser aprovado e publicado são documentos confidenciais. Discorreu que enquanto colégio superior, conselho superior da instituição possui o cuidado regimental que são contidas para condução do processo.

3.0.Ordem do dia: Com a palavra o presidente naquele momento convidou a presidente da comissão central senhora Hanna Bezerra, para que ela pudesse fazer suas considerações, sua apresentação em relação à construção da minuta, os trabalhos que estavam sendo desenvolvidos pela comissão eleitoral. Continuando agradeceu toda a comissão eleitoral pela participação nesse processo, importante da nossa vida acadêmica esse processo importante não só para o IFAP, mas também para toda a comunidade em seu entorno, para toda a sociedade amapaense, uma vez que estão fisicamente com a quinta reunião virtual extraordinária do Conselho Superior do IFAP, discorreu que trouxeram para apreciação da comunidade acadêmica, do Conselho Superior a minuta do regulamento relacionada à consulta para os cargos de reitor e diretor e diretora geral dos campi do IFAP. Em seguida desejou a todos um excelente manhã de trabalho, discorreu aos que estavam assistindo pelo canal institucional pela TVIFAP, desejou boas-vindas. Continuando agradeceu em nome do conselho superior a participação de todos, concedeu boas-vindas a presidente da comissão eleitoral central a docente Hanna Bezerra, pela participação e por aceitar presente com o pleno apresentando a minuta. **1.2.Verificação do Quórum**

Regimental: O presidente perguntou a secretária, se haveria quórum? A secretária informou que naquele momento estavam com onze conselheiros, contando com o presidente. **1.3.Aprovação da pauta única e exclusiva:** Em seguida o presidente submeteu a pauta para aprovação, e solicitou aos membros que se manifestassem através do chat, acerca da aprovação da pauta, não havendo objeções contrárias, pauta única e exclusiva aprovada. **2.0 Expediente. 2.1.Justificativas de Ausências:** a secretária informou que o conselheiro Iguarassu, estava em viagem a trabalho juntamente com sua suplente. A conselheira Leila, pediu afastamento do Consup no qual ela tem interesse em participar do pleito e o seu suplente não tinha como estar convocando. A conselheira Suelen Félix estava em aula e seus suplente professor Claudionor estava em viagem institucional. A secretária informou que o conselheiro Cláudio Alex, não seria mais conselheiro no Consup como representante do MEC, e provavelmente a nova reitora do IFPA estará representando MEC e sua suplente a conselheira Nilra Jane, já tinha um compromisso institucional marcado. O presidente lembrou aos conselheiros que os pedidos de afastamentos precisam ser encaminhados com antecedência para que a presidência possa fazer a análise e encaminhar para os procedimentos devidos, para que situações como essas possam ser evitadas, porque deixam vulnerável todo o processo, que não podem ter de forma alguma uma comunicação em cima do prazo, inclusive com a minuta e o parecer do procurador, documentos que são oficiais, que antes do processo ser aprovado e publicado são documentos confidenciais. Discorreu que enquanto colégio superior, conselho superior da instituição possui o cuidado regimental que são contidas para condução do processo. **3.0.Ordem do dia:** Com a palavra o presidente naquele momento convidou a presidente da comissão central senhora Hanna Bezerra, para que ela pudesse fazer suas considerações, sua apresentação em relação à construção da minuta, os trabalhos que estavam sendo desenvolvidos pela comissão eleitoral. Continuando agradeceu toda a comissão eleitoral pela participação nesse processo, importante da nossa vida acadêmica esse processo importante não só para o IFAP, mas também para toda a comunidade em seu entorno, para toda a sociedade amapaense, uma vez que estão fisicamente com infraestrutura atendendo comunidade em seis municípios. Destacou que a comunidade do IFAP, e também a comunidade externa, olham para o processo eleitoral e que todos sabem da responsabilidade que possuem em conduzir um processo com toda a transparência e atendendo todos os requisitos que se fazem para uma instituição do porte do IFAP. Mais um vez o presidente agradeceu e parabenizou o trabalho da comissão, discorreu que eles enquanto colegiado relacionado ao conselho superior do IFAP, para aprovação estarão debatendo sempre na perspectiva de uma construção, de um aperfeiçoamento com sugestões trazendo para que o conselho possa fazer apreciação e análise. Em seguida reforçou que todo o documento que é apresentado relacionado a esse tema, a esse processo ele deve sempre ser direcionado a presidência do Consup e a presidência em exercício do Consup, e não na condição de reitoria, destacou que toda solicitação deve ter sempre direcionada a essa presidência que encaminha para análise e apreciação dos seus conselheiros que são eleitos e conduzidos através do regimento. Em seguida franqueou a palavra a professora Hanna a fim de que ela pudesse fazer suas primeiras considerações, e em seguida adotariam a sistemática de apresentação da minuta de regulamentação e colocam em votação para cada artigo que será apresentado. Informou que no mento que abrir para votação dos conselheiros que já receberam a minuta e o parecer do procurador federal sempre terão a luz, as regulamentações internas, os regimentos, toda resolução que ditam as normas para condução do processo em especial também o parecer do procurador que dita as recomendações. Em seguida o presidente franqueou a palavra para a presidente da comissão central. **Ordem do dia: 3.1.Processo 23228.001453.2023-99,** apresentação e análise da Minuta do Edital elaborado pela Comissão Eleitoral Central, de consulta à comunidade para a escolha do(a) Reitor(a) e Diretores Gerais nos Campi Laranjal do Jari, Macapá, Porto Grande e Santana, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP- 2024-2027 (quadriênio). **Comissão Central Eleitoral.** O presidente reforçou que a apresentação seria expositiva que no caso a análise dos artigos contidos que estão contidos no regulamento, eles são de exclusiva votação e apreciação dos conselheiros. A presidente agradeceu e cumprimentou a todos os conselheiros

presentes, a secretaria do Consup e toda comunidade Ifapiana que estavam assistindo pela TVIFAP. Em seguida discorreu como todos sabem que no dia onze, na sexta-feira foi finalizado todo o processo da comissão eleitoral Central, a escolha de presidente. Continuando falou que no final de semana, sábado e domingo ficaram tomando parte do que já tinha sido elaborado pela comissão anterior, de toda a legislação precisaram se iterar para poderem elaborar essa nova minuta. Discorreu que finalizaram e foi encaminhado ao Consup no dia dezesseis. Continuando falou que para revisão tomaram como base o documento que já tinha sido elaborado anteriormente, destacou que já observando as ressalvas que já tinham sido feitas tanto pelo conselho superior e pelo procurador federal. Continuando falou que tiveram toda preocupação considerando o decreto seis mil novecentos e oitenta e seis de dois mil e nove, que trata do processo de escolha de reitor e diretores dos Institutos Federais, consideraram a lei de criação onze mil oitocentos e noventa e dois. Continuando falou que tiveram uma preocupação muito grande em relação ao cronograma, que contando do dia dezenove de junho, que foi quando ocorreu a deflagração do processo possuem os noventa dias como é posto no decreto, e contando assim, noventa dias devem encerrar e homologar todo o resultado no dia dezesseis do nove de dois mil e vinte três, destacou que será em um sábado entendem que anteciparia, considerando a necessidade da homologação da reunião do conselho superior, desta forma a comissão teria até o dia quinze do nove de dois mil e vinte três. Em seguida falou que tiveram todo esse cuidado na elaboração do cronograma pensando nos prazos de recursos, impugnação, garantir um prazo de campanha razoável aos candidatos e conseguiram fechar o processo homologar até o dia quinze de setembro e também pensaram nas atividades que a comissão precisará executar no pós de todo esse processo, porque possui apuração, recurso do resultado, fechamento de relatório até enviar o processo completo para o Consup, destacou que foram os pontos mais delicados a questão do cronograma, em que fizeram essa revisão geral foi feito o envio para o Consup. Discorreu que quando receberam o parecer do procurador se reuniram novamente pontuaram o que ele havia solicitado, finalizaram e foi encaminhado ao Consup. Continuando falou que tinham uma questão com relação às urnas eletrônicas, e perguntou ao presidente se poderia comentar. O presidente com a palavra discorreu que poderia, e aproveitou para fazer uma ressalva, que o processo no relatório que é apresentado que o reitor em exercício não deve ser mais apontado, e sim o conselho superior. Destacou que o processo de deflagração passa a valer a partir da publicação diário oficial ou seja, precisaria haver uma correção do dia dezenove, para o dia vinte um do seis, que foi quando ele efetivamente é publicado no diário oficial. Informou que poderia apresentar também no âmbito do Conselho Superior é sempre importante, que essa pauta em relação a sugestão relacionada a qualquer item relacionada para o regulamento que seja sempre no âmbito do Conselho para que ele possa avaliar como colegiado superior para apreciação dessas matérias. Com a palavra a presidente Hanna, confirmou que passaria a contar a partir do dia vinte e um os noventa dias. Continuando falou sobre a questão das urnas eletrônicas, e que a minuta que foi encaminhada para apreciação, informou que ela considera o voto via papel votos nas urnas de lona. Em seguida discorreu que a comissão deflagradora encaminhou um ofício para o TRE, solicitando as urnas eletrônicas, o ofício que foi enviado a previsão de data da eleição ficou entre vinte e cinco de agosto e quatro de setembro, sendo o prazo que foi enviado ao TRE. Em seguida falou que o presidente da comissão deflagradora encaminhou para a comissão eleitoral central, que o TRE respondeu mais recentemente, informou que ela entrou em contato por telefone na sexta-feira, porque na resposta do TRE, consideraram que a eleição ocorreria entre o dia cinco de agosto, por conta do ofício que enviaram, com isso deram um prazo até dezoito de agosto para entregarem todos os dados referente à eleição nome de candidatos, número, e obviamente não teriam esses dados, então ela entrou em contato por telefone eles deixaram essa possibilidade perguntando no caso de estenderem o prazo, porque a minuta ainda estaria em análise, então se mudassem essas datas se haveria a possibilidade de manterem o empréstimo das urnas eletrônicas e quais seriam esses prazos. Discorreu que a servidora que atendeu no TRE, solicitou que enviassem um ofício com essas informações com a nova previsão que eles iriam responder, pediu que enviasse na sexta-feira mesmo, considerando que o prazo deles era na sexta-feira mesmo, discorreu que o ofício foi enviado entrou em contato com a secretária do Consup, com a chefe de gabinete da reitoria o ofício foi enviado e estão aguardando a resposta desse ofício. Informou que o TRE funciona no turno da tarde, e que o expediente deles é das treze às dezenove, que provavelmente terão essa resposta a tarde. Continuando falou que pensando na possibilidade do uso dessas urnas eletrônica e considerando que esse ofício ele facilitaria todo o processo principalmente a contagem dos votos, destacou que todos não lembram, mas as contagens do voto de papel passam a madrugada contando principalmente nas unidades que possui o maior número de votantes e as urnas eletrônicas seria facilitado, e considerando o cronograma apertado também o próprio trabalho da comissão seria um pouco mais ágil nesse pós-eleição então considerando essa possibilidade na sexta-feira aguardando esse retorno do TRE, informou que a comissão se reuniu novamente no final de semana, e elaboraram uma proposta em relação a esse procedimento de votação, destacou que não teriam nenhuma mudança em relação aos outros pontos que o procurador avisou, mas especificamente no item da votação e da apuração fizeram uma segunda proposta de minuta considerando a possibilidade de realizarem a votação por urnas eletrônica, lembrou que ainda estão aguardando a resposta do TRE. Discorreu que quando solicitou ao gabinete que enviasse uma previsão, enviaram uma próxima que está no cronograma que foi compartilhado para análise. Com a palavra o presidente, discorreu que existe um artigo que trata especificamente sobre que tem a redação que traz especificamente sobre as urnas e todo o processo, falou que apreciam a matéria exatamente quando chegar nesse item e leva para votação ou a sugestão de uma nova redação na

minuta que foi apresentada assim, mas no momento pertinente abrem para essa possibilidade que pode inclusive ter talvez as duas modalidades já nesse documento não uma ou outra. Em seguida a presidente da Comissão Eleitoral Central, docente Hanna Patrícia, compartilhou a minuta do regulamento que foi enviado ao pleno do Conselho Superior. A Presidente iniciou a leitura pelo artigo primeiro e após a sua leitura o presidente informou que fariam a primeira apreciação e abriu a plenária para manifestação do pleno. Em não havendo manifestações contrárias todos foram de acordo. A conselheira Telma, perguntou via chat ao presidente se a votação seria por artigo. O presidente informou que fariam a votação por artigo, visto a necessidade das sugestões do debate que faz pertinente sempre que houver interesse do colegiado para que possam fazer análise. Continuando a presidente da comissão docente Hanna, passou para a leitura da seção II das competências, sendo artigo segundo. Após sua leitura o presidente em exercício abriu a plenária para manifestação relacionada ao artigo segundo. Houve inscrição da conselheira Juliana Farias. Com a palavra a conselheira Juliana cumprimentou todos os conselheiros e a professora Hanna, desejou boas-vindas à reunião do Consup, e parabenizou primeiramente o trabalho da comissão central. Em seguida apresentou apenas um acréscimo no artigo segundo, e apresentou uma proposta de acréscimo no artigo segundo. Discorreu que no artigo segundo ele traz o que compete a comissão eleitoral central com base no artigo sexto decreto seis mil novecentos e oitenta e seis de dois mil e nove, discorreu que ele traz elaborar normas disciplinares, os procedimentos, coordenar o processo de consulta de cargo a reitor, providenciar juntamente as comissões eleitorais o apoio, credenciar fiscais, supervisionar as campanhas eleitorais, realizar todo o processo de votação, publicar e encaminhar os resultados de votação ao Consup. Discorreu que ele trouxe um ponto que devem avaliar enquanto Consup, que são as competências, fazer um pequeno acréscimo. Falou que parte das competências que estão na legislação, que mantenham todas as competências, mas que devem observar que condenar o processo de consulta para os cargos em cada campi e deliberar sobre esses recursos interpostos, ele deve passar como última instância pelo Consup. Em seguida fez a proposta de acrescentar como item no item no segundo artigo, “artigo oitavo” que seria análise dos recursos interpostos em “segunda instância” ela será competência do IFAP, discorreu que também no parágrafo primeiro que casos omissos serão resolvidos em primeira instância pela comissão eleitoral, através do seu voto da maioria presentes na reunião para instalação de qualquer de seus trabalhos, destacou de trazer a responsabilidade para o Consup, como segunda instância essa questão, destacou que é necessário que acrescentem para o Consup, a análise final desses recursos interpostos. Com a palavra o presidente agradeceu a conselheira Juliana. Com a palavra o presidente agradeceu a conselheira Juliana e que estarão apreciando. Discorreu que a conselheira Telma, perguntou se teria uma proposta de texto para ser inserida. Com a palavra a conselheira Juliana, cumprimentou o presidente professor Welber, que estava presidindo a seção, e que teria uma proposta, e em caso de aprovação no conselho, a comissão podem estar aproveitando o texto ou melhorando. Com a palavra o presidente franqueou a palavra a presidente da comissão central para justificativa ao artigo apresentado. Com a palavra a presidente da comissão central Hanna, discorreu que entende a solicitação da conselheira, vai para votação, em seguida desejou saber se é possível inserir a informação dentro do que está posto pela legislação, porque esse inciso essa primeira parte do artigo segundo ele está tal e qual como está posto no decreto seis mil novecentos e oitenta e seis, que inclusive foi analisado pelo procurador federal e ele em seu parecer, não precisaria de nenhuma alteração, em seguida falou ao presidente que seria interessante ele verificar se possuem essa prerrogativa de alterar algum ponto que já está posto no decreto que normatiza todo o processo. Com a palavra o presidente em exercício discorreu a presidente que toda decisão de voto no pleno deve ser apreciada à luz tanto da legislação pertinente, como também do parecer. Falou que o entendimento é que não existe, não é nada em que vai de encontro tanto as recomendações da legislação, como também imagina do próprio parecer do procurador, porque ele preserva em primeira instância a prerrogativa da comissão central fazer essa análise em primeira instância, mas precisam também e entende nessa perspectiva precisam ter um órgão acima, para que os recursos em segunda instância possam a ser interpostos, e esse recurso ele não pode ser julgado pela própria comissão, que faz avaliação precisa ser um colegiado acima, isso funciona também no direito fundamental de recorrer as instâncias que isso possa ocorrer, tanto esgotando todas as esferas administrativas, como também no âmbito judicial, então acredita que podem colocar em votação não fere preceito que é trazido da norma em relação a prerrogativa dessa primeira instância ser da comissão central sim, mas acredita que é pertinente a análise nesse colegiado da colocação da Juliana Eveline pelo fato de que precisam ter ainda uma segunda instância para esgotar as possibilidades administrativas e essa não pode ser uma decisão individualizada, sendo então conselho superior o órgão máximo da instituição para análise desse tipo de matéria. Em seguida falou sobre a descrição do conselheiro Felipe Brener que colocou no chat: que acredita que não se encaixa nesse artigo, e sim na seção dez, ou mesmo nas considerações finais. O presidente falou que podem ver mais a frente então a gente pode ver isso mas a frente, mas acha que vale registrar nesse primeiro momento já deixar aqui e talvez deslocarem para um outro espaço caso seja aprovado na apreciação desse colegiado. Em seguida o presidente franqueou a palavra ao conselheiro José Leonilson. Com a palavra o conselheiro José Leonilson, cumprimentou a todos, primeiramente parabenizou comissão eleitoral central pela condução dos trabalhos, na pessoa da professora Hanna Bezerra, que está apresentando essa versão final do regulamento, cumprimentou todos os conselheiros também concordo de permanecer na íntegra, porque pelo que observou é “*Ipsis Litteris*” o que consta no decreto seis mil novecentos e oitenta e seis nessa seção, nesse artigo especificamente, e se forem analisar que analisem em outro momento e não façam a inserção aqui nesse artigo segundo. O presidente agradeceu ao conselheiro José Leonilson e franqueou a palavra a conselheira Juliana. Com a palavra a conselheira Juliana esclareceu para a comissão central, desejam tirar a autonomia da comissão no julgamento desses recursos, desejam apenas inserir o

Consup, como uma segunda instância de forma que só chegará para a segunda instância a quem recorrer a essa instância, caso seja resolvido na primeira instância nem chegaria ao Consup. Destacou que dariam essa oportunidade de resolver essa questão administrativa para pelo Consup, e assim como no IFPA aconteceu, em outros institutos federais que essas questões perpassam pelo Consup, como última instância. Em seguida o presidente agradeceu e franqueou a palavra ao conselheiro Victor. O conselheiro cumprimentou o presidente em exercício, professor Welber e também a professora Hanna é de antemão parabenizou o trabalho realizado pela comissão e na mesma seara, fez uma pontuação que de acordo com o artigo sexto do decreto tem dois itens que estão no caput na no chamativo desse artigo dois que é o inciso cinco e o inciso seis eles não se encontram inscritos no decreto e foi colocado pelo artigo sexto, talvez seja uma fusão entre o artigo 6º e o artigo sétimo então, fica posto para para comissão depois fazer a análise se é uma transcrição das atribuições conforme foi colocada, que se siga o texto usual do artigo. mas também acredito que não foge muito das atribuições conforme foi colocado, porque também é uma das atribuições que compete a comissão eleitoral central, que nesse ponto acredita que a inserção de uma segunda instância em si não vai prejudicar o processo e nem mesmo o texto que a redação que está posta, acha que só fazer um ajuste relacionado ao chamativo do artigo 6, porque dá a intenção que realmente é a transcrição ela é do decreto “*Ipsis Litteris*” e na verdade tem dois itens que eles não se fazem presente no decreto no artigo sexto, mas há o chamativo deles no artigo sétimo se não estiver enganado, fazendo uma leitura bem rápida. Discorreu que estava só colocando para comissão para que realmente possam fazer essa adaptação da melhor forma possível para que a redação atenda os prefeitos e as colocações já foram postas pelos conselheiros na reunião, por fim agradeceu. O presidente agradeceu ao conselheiro Victor Hugo. Continuando o presidente falou que pela coerência e seguindo para apresentação do texto, colocou para votação, considerando que não alteraria uma vez que não teria prejuízo nessa perspectiva, uma vez que também o texto já não apresenta a transcrição literal de como está no presente um decreto, que poderiam seguir para apreciação, mas deixou em consideração que caso seja possível transfeririam para uma outra parte do texto, onde lá na frente como foi sugestão do próprio conselheiro Felipe essa possibilidade. Em seguida reforçou que não é redundância ou em qualquer instrumento jurídico que tenham mais de uma passagem trazendo a luz um determinado item que está inserido naquela regulamentação, ou seja, ela pode ser se repetir como ressalva ressaltando a pertinência desse instrumento. Acredita que poderiam colocar para apreciação, em seguida discorreu que votariam na seguinte ordem. Perguntou se todos concordariam com a sugestão apresentada pela conselheira a Juliana para que pudessem ter a substituição aqui do item oito, por aquele que ela apresentou, e pelo que percebeu traz também uma alteração já no parágrafo primeiro, porque ela faz esse acréscimo também nessa inserção do Consup, também como instância na perspectiva de análise do mérito em relação a questão de recursos. Continuando pediu ao pleno que todos pudessem se manifestar a partir daquele momento e que a votação estava aberta sobre a possibilidade de inserção da proposta apresentada pela conselheira Juliana. Após as manifestações dos conselheiros o presidente discorreu que foi aprovado unanime a inserção do item oito no texto. Em seguida o presidente falou que apresentam para a votação a sugestão que deve conter em ata. Discorreu que o conselheiro Felipe Brener, manifestou via chat: De acordo com a inserção do Consup como segunda instância, a seção reservada a “Seção X” das Denúncias e das infrações. Em seguida o presidente solicitou que a conselheira apresentasse via chat a sugestão de texto, a qual será encaminhada a comissão, quem em seguida seria feita a análise do mérito. Após a conselheira apresentar via chat, a conselheira discorreu que depois de apreciarem, destacou que depois possam apreciar a questão que o conselheiro Felipe também colocou da necessidade desse acréscimo nesse item na seção que o conselheiro colocou. Com a palavra o presidente discorreu que a conselheira Juliana apresentou via chat: análise dos recursos interpostos em segunda instância será de competência do Conselho superior do IFAP. Continuando falou que essa foi a redação proposta, e pediu aos conselheiros que manifestassem se todos estariam de acordo. Com a palavra o conselheiro Victor Hugo, falou que seria como inciso oitavo, e que esse inciso já teria descrito no artigo, perguntou se seria a substituição ou seria a inserção do inciso. Com a palavra o presidente esclareceu que seria substituição do oitavo que existe, pelo sugerido pela conselheira Juliana. A secretária informou que o conselheiro José Leonilson, descreveu no chat: vota para que a redação fique a cargo da comissão. Após a manifestação de todos e sendo aprovada pela maioria, o presidente respondeu a manifestação do conselheiro Leonilson, falou que essa sugestão será encaminhada através de ata a comissão central para que possam seguir, destacou que a redação pode ser alterada ao formato de sua redação, porém não é que o sentido que é esse de permanecer o conselho superior em segunda instância que seja preservado. Continuando o presidente passou para análise do paragrafo primeiro que também foi apresentado como sugestão, uma vez que alterado então o inciso oitavo inserindo o conselho superior como segunda instância então isso modificaria, pelo entendimento da conselheira Juliana alteraria também a redação do parágrafo primeiro. Em seguida realizou a leitura da sugestão: os casos omissos serão resolvidos em primeira instância pela comissão eleitoral através do voto da maioria dos presentes em reunião se exigido para a instalação de qualquer de seus trabalhos o quorum mínimo três membros e em segundo instância pelo conselho superior do IFAP. Em seguida o presidente abriu a plenária para votação, e pediu aos conselheiros que manifestassem via chat, de acordo com a sugestão de redação. Após a manifestação dos conselheiros o presidente discorreu que seria encaminhado através de ata a sugestão para a inserção do paragrafo primeiro como proposta da conselheira Juliana. Continuando o presidente franqueou a palavra para a presidente da comissão para dar continuidade ao artigo seguinte. Após a leitura a presidente falou como haverá uma seção na reitoria, na verdade será unidade que farão essa correção no texto. Em seguida continuou a leitura no parágrafo único. Com a palavra o presidente destacou sobre o ajuste que será necessário apresentado pela presidente da comissão, para que se possa acompanhar depois na devolução da minuta. Em seguida o presidente abriu a inscrição para

manifestação dos conselheiros, em não havendo inscrições o presidente seguiu para votação. O presidente abriu a plenária para votação, por maioria dos votos o artigo terceiro foi aprovado. Em seguida o presidente franqueou a palavra para a presidente da comissão para continuidade da leitura com o capítulo dois. Após a leitura realizada o presidente abriu a plenária para manifestações acerca do artigo quarto. O presidente com a palavra, informou que antes da votação o conselheiro Felipe Brener, franqueou a palavra ao conselheiro. Com a palavra o conselheiro cumprimentou os colegas e a todos os que estavam assistindo pelo canal YouTube. Cumprimentou o presidente do Consup, professor Welber, e a presidente da comissão central, também parabenizou a presidente pelo excelente trabalho que foi realizado, mesmo com um curto intervalo de tempo fizeram um trabalho preciso, destacou que o texto ficou muito bom ao seu ver. Em seguida propôs uma sugestão para ser votada, que pudessem votar seções, e não por artigo, que seja feita a leitura da seção e coloquem para a deliberação se existir a necessidade de dar um novo artigo dentro da sessão, porque são cento e doze artigos, e que ainda estavam no quarto artigo, para serem pode até mais producente, de maneira mais efetiva para conseguirem dar celeridade nesse processo até mesmo, porque a comissão vai ter um trabalho enorme, após o término da reunião, desta forma deixou para votado que possa fazer a leitura da seção e se houver alguma necessidade de alteração dentro da sessão que seriam feita as colocações. Com a palavra o presidente perguntou ao pleno se todos estariam de acordo com a proposta do conselheiro Felipe de analisarem por seção visto o andamento da reunião, pediu que se manifestassem no chat. Após as manifestações, o presidente discorreu que a sugestão do conselheiro Felipe foi aceita pela maioria dos votos e que a análise passaria a ser feita por sessão, a fim de que pudessem ter um fluxo mais objetivo da análise. Em seguida o presidente franqueou a palavra a presidente da comissão que realizou a leitura da seção um. Após a finalização da leitura o presidente com a palavra agradeceu a presidente professora Hanna, e abriu a plenária para inscrição para manifestação dos conselheiros, ressaltou que as sugestões de texto encaminhadas serão através de ata, e depois a apreciação para atendimento ao artigo proposto será encaminhado na nova redação no artigo específico, que foi que foi recomendado para apreciação através da secretaria, se foi cumprido de acordo com a aprovação aqui do voto de conselheiros. Com a palavra a conselheira Juliana, a conselheira agradeceu ao presidente, discorreu que desejaria fazer um acréscimo em relação ao artigo quarto, a qual apresenta a mesma questão da participação do Consup, enquanto última instância. Em seguida falou: Onde se lê no artigo 4º processo de consulta para escolha do cargo de reitor de diretor-geral dos campos do artigo no 1º da presente norma serão conduzidos pela comissão central, pelas comissões eleitorais locais, que foram instituídas especificamente para esse fim. Em seguida apresentou a proposta ao Consup, da nova redação para o artigo quarto que é o processo de consultar para a escolha de reitor e diretor-geral dos campos do IFAP, indicados no artigo décimo da presente norma serão conduzidos pela comissão eleitoral central e pelas comissões eleitorais locais e em última instância pelo conselho superior, explicou que essa última instância seria para colocar a questão dos recursos. Com a palavra o conselheiro Márcio Prado, o conselheiro cumprimentou a todos, e discorreu que sua colocação que surgiu mediante sua leitura, que no artigo nono no parágrafo quarto um e dois, sobre a lista de votantes, virem com CPF e o SIAPE. Sugeriu que venha somente com o nome o SIAPE, que tirasse esse CPF explicou que é uma lista que ficará pública que ficará no site, lembrou que na eleição passada, muitos servidores solicitaram para retirar o CPF dela, e sendo uma informação pública, deu exemplo que poderiam inscrever como mesário de eleição e a pessoa não faz ideia, por fim falou que essa seria sua sugestão que ficasse só o nome e o siape. Com a palavra a secretária, discorreu que essa foi até uma orientação que depois, após a reunião em for aprovado, repassaria para a presidente da comissão central, informou que ela até me encaminhou o e-mail solicitando, mas que foi até uma orientação do pessoal da tecnologia, que os dados sejam preservados, até mesmo dos futuros candidatos que não podem estar público, os dados os candidatos, porque tem situações que sempre o pessoal está entrando até hoje, com recurso para retirar esses dados, já seria uma orientação para comissão central também. Com a palavra o presidente agradeceu, e falou que na apreciação da minuta que será alterada para que a secretaria do conselho superior possa fazer análise do item que está sendo sugerido pelo professor Márcio Professor. Em seguida discorreu que o professor Victor, destacou que a lei de proteção dos dados que todos os dados tanto dos candidatos, quanto dados dos participantes dos eleitores, todos que fazem parte precisam estar sobre sigilo. Em seguida o presidente franqueou a palavra ao conselheiro Victor Hugo. O conselheiro agradeceu ao presidente e falou que o professor Márcio já havia feito uma das interlocuções que ele iria ponderar sobre a questão da apresentação dos dados pessoais, realmente elas precisam ter esse cuidado, por conta da lei de proteção de dados e se caso seja necessário a apresentação que ela seja suprimido alguns números, discorreu que acha interessante que não apareça mesmo para não gerar nenhum tipo de problema para a instituição, para comissão eleitoral e para os demais servidores estarão compondo e participando do processo. Em seguida falou que a segunda pegando mesmo entendimento da conselheira Juliana colocou, acredita que terão vários artigos que vão acabar debatendo sobre a questão da inserção da segunda instância do Conselho superior, destacou que fica para todos o entendimento geral, que precisarão em cada artigo analisar e fazer a inserção conforme já foi deliberada anteriormente, mas passando por cada seção e por cada artigo. Por fim, colocou que no começo a professora Hanna e o professor Welber também falou sobre a questão das urnas eletrônicas e percebem que alguns artigos dessa seção um, já trata das urnas de lona, destacou que seria interessante fazerem uma inserção nesse texto de um ou outro, porque pode ser que aconteça em um prazo o ato o fornecimento dos equipamentos eletrônicos, ou um caso não ocorra a utilização desse material, para que não precisem voltar novamente para deliberar com uma mudança de um material físico, para o material eletrônico. Falou para a presidente Hanna que foi uma sugestão só para colocar porque realmente se colocar que é lona e depois mudar para urna eletrônica, terão que fazer toda uma mudança na redação do edital, por fim agradeceu. Com

a palavra o presidente observou que algumas categorias profissionais tem a sua carteira do conselho, e ela também pode ser válida por exemplo tem servidores que são vinculados aos conselhos regionais, federais enfim, destacou que é importante também fazerem essa inserção na documentação. Em seguida falou sobre a sugestão do professor Victor que no item específico, não soube se algum colega, ou o próprio professor Victor tem alguma sugestão do texto, se tiver sugestão de texto que possa escrever no chat ou fica para apreciação da própria da própria comissão fazer a redação e inserir esse ponto específico um ou outro sobre a possibilidade de ter também a urna eletrônica já no texto. Em seguida o presidente franqueou a palavra para a presidente da comissão central. Com a palavra a presidente Hanna, discorreu que em relação a questão do CPF, destacou que realmente essa questão de publicar o CPF, é muito delicada, que o professor Márcio falou o que aconteceu na eleição passada. Em seguida discorreu que da solicitação que a comissão, caso utilizem a urna eletrônica, e quando a comissão solicitar os dados precisará do CPF, por conta do registro nas urnas eletrônicas no momento da votação, mas que a publicação do CPF, realmente não é necessária, basta o nome o número do SIAPI, no caso dos alunos o nome e a matrícula é suficiente, mas registrou que quando solicitarem, estarão solicitando o CPF, caso seja necessário por conta do encaminhamento ao TRE. Em seguida falou que quanto a colocação do professor Victor, que já possuem uma versão, onde todos esses pontos onde fala urna de lona e e urna de voto em papel, já está marcado inclusive nos pontos de alteração, como mencionou que fizeram essa minuta a parte, se por acaso vier a ser urna eletrônica, já ganhariam tempo, destacou que todos esses pontos onde aparece nessa minuta, onde fala voto em papel, já fizeram a marcação, já fizeram algumas propostas de texto também. Continuando falou que não sabe sei se caberia compartilhar a outra versão, mas estão marcadas e citou exemplo: o voto será em urna de lona, falou que já marcaram e escreveram uma proposta em uma cor diferente na frente “o voto será em urna eletrônica”, caso seja necessário fazer essa mudança. Com a palavra o presidente, falou que poderia deixar como sugestão para votação, se a professora Hanna já compartilhasse com o pleno a sugestão do texto que irá substituir o artigo específico ou se ela encaminha mas que atenda na análise da secretaria para publicação final, que atenda a recomendação que foi registrada na ata. Continuando o presidente colocou para votação se preferem agora já fazer análise do texto ou seguir com a análise apenas atende o que foi recomendado e depois será apreciado pela secretaria. A conselheira Telma, com a palavra cumprimentou o presidente e presidente Hanna, desejou boas-vindas na reunião, cumprimentou a todos que estavam escutando e assistindo pela TVIFAP, e cumprimentou a todos os conselheiros. Em seguida discorreu que estava com uma dúvida com relação a essas alterações, perguntou se precisariam voltar novamente para fazer essa análise, quando deixam para a comissão central fazer a redação ou poderiam, aqui se tiverem algum texto para modificar, a presidente já poderia apresentar alguma coisa, e vão trabalhando naquele texto ao invés de terem que voltar novamente, por conta do cronograma apertado também. Com a palavra o presidente discorreu que a sugestão é que não tenham o retorno, como são questões pontuais por exemplo: foi aprovado a sugestão de texto no artigo anterior já será encaminhado em ata, para que possam atender junto com a comissão, e assim depois a secretaria do Consup, verifica se está dentro dessa análise que foi apresentada, seria uma possibilidade. Continuando falou que a outra possibilidade é de fazerem alteração na reunião e ficar registrado. Em seguida colocou para votação rapidamente, se preferem já fazer alteração durante a reunião, teriam já o texto modificado e a proposta também apresentada no caso análise da proposta apresentada tanto pelos conselheiros, quanto aquela que a presidente trás que já foi trabalhada com a própria comissão. O presidente pediu aos conselheiros para se manifestarem. A conselheira Telma descreveu no chat: voto que seja apresentada a versão pela presidente e então a inserção no texto, caso necessário posteriormente. Em seguida o presidente perguntou se todos estariam de acordo com a sugestão da conselheira Telma. Com a palavra a conselheira Juliana, perguntou se iriam editar todo o texto durante a reunião. O presidente respondeu que seria apresentada a versão da comissão e ficaria registrado para que possam aprovar aquela versão que está, destacou que fica apresentada na reunião, fica como registro para que possam aprovar, logo em seguida a comissão faz alteração, como vai será o caso daquelas que já foram apresentadas anteriormente foi feita a sugestão e a comissão apenas modifica no texto, mas já ficou aprovado. Continuando o presidente, discorreu que seguiriam com a sugestão da Telma, mas ficaria para apresentar no final essa possibilidade de redação, perguntou se todos estariam de acordo. Com a palavra o conselheiro Victor Hugo, discorreu que exato ao professor Welber, até para darem fluxo também para poder dar continuidade, destacou que só colocou porque realmente pode acontecer um caso, o outro como a presidente Hanna, já falou que a comissão já teve essa preocupação eles já possuem uma redação no final, ela pode estar apresentando para ao pleno, desta forma deliberam caso haja essa mudança e fica registrado em ata que a apresentação dessas sugestões, fica a partir do momento que definir a forma de votação, faz o ajuste ou não no texto que foi apresentado na reunião nesta, e que concorda com a apresentação ao final. O presidente com a palavra, discorreu que tinham alteração que foi proposta pela Juliana. Em seguida pediu para voltarem no artigo quarto, destacou que já tiveram a votação, foi somente para retomarem, teriam uma alteração em relação ao artigo quarto. O presidente neste momento, solicitou a conselheira Juliana que pudesse novamente fazer a sua manifestação, para retomarem o fluxo do raciocínio e logo depois teriam também a sugestão do professor Victor sobre a questão da urna e do professor Márcio sobre a questão do CPF. Destacou que essas duas questões iriam voltar ao final do texto uma vez que a presidente da comissão vai apresentar a versão que já foi exigida pela comissão. Em seguida o presidente realizou a leitura que o texto da conselheira Juliana traria: “artigo quarto. O processo de consulta para escolha do cargo de Reitor (a) e de Diretor (a) Geral dos Campi do IFAP indicados no artigo primeiro da presente norma serão conduzidos pela Comissão Central e pelas Comissões Eleitorais Locais e em última instância pelo Conselho Superior do IFAP”. Em seguida o presidente destacou se todos estiverem de acordo, que ficaria registrado como sugestão, que seria encaminhado para que se

faça presente no artigo quarto como substitutivo. Continuando perguntou ao pleno se todos estariam de acordo? Em não havendo objeções todos foram de acordo. A presidente Hanna pediu a palavra ao presidente e falou que em relação as entidades e aos conselhos, discorreu que não teria certeza, se a carteira profissional já não seria esse documento do conselho. A presidente Hanna, discorreu que na minuta possui a carteira de trabalho e carteira profissional, citou exemplo que ela é do conselho de biologia e possui sua carteira do conselho, e acha que já atenderia. Em seguida a presidente Hanna, continuou a leitura da minuta, em seguida no parágrafo único, discorreu que perceberam a necessidade de alterarem de “central de conteúdos”, para a aba específica com relação a consulta à comunidade a fim de facilitar o acesso. O presidente perguntou ao pleno se todos estariam de acordo, com o sugerido pela comissão, conforme manifestações todos foram de acordo. Em seguida o presidente abriu a plenária para manifestações da seção dois, em não havendo manifestações, os artigos foram aprovados. Com a palavra a presidente Hanna, continuou a leitura na seção três, quando chegou no artigo vinte e quatro a presidente falou que foi o artigo que o procurador pediu para retirar que não consta no decreto pois não consta no decreto seis mil novecentos e oitenta e seis e nem na lei de criação dos IF, onze mil oitocentos e noventa e dois e que no parecer ele solicita a retirada. Em seguida continuou a leitura e finalizou. O presidente com a palavra abriu a plenária para manifestação dos conselheiros referente a seção três. Discorreu que depois da apreciação que a presidente Hanna, já apresentou o ajuste que foi recomendado de acordo com a nota de parecer jurídico da procuradoria federal, através da AGU, em que ela pedi a exclusão do artigo vinte e quatro. Em seguida franqueou a palavra ao conselheiro José Leonilson. O conselheiro cumprimentou a todos, e discorreu que em relação ao que o procurador federal colocou no parecer em relação ao artigo vinte e quatro. Falou que a comissão havia sinalizado, foi que o servidor só poderia se candidatar à direção de uma de uma determinada unidade, em um determinado campus, caso estivesse lotado nesta unidade, destacou que e é importante frisar que esse ponto, é um ponto é interessante pra observarem enquanto consup, uma vez que possuem determinados servidores que estão em exercício em outra unidade ou que estão por exemplo ocupando um cargo ou que esteja em uma outra unidade, na unidade versa de lotação, sendo que definiram lá em cima, se não estiver enganado que a votação dos candidatos dos eleitores ela vai acontecer na unidade de lotação correto, acha que seria importante frisar que em relação a essa possibilidade de candidatura de servidor que esteja em uma unidade diversa da qual está lotado, foi inclusive o parecer do procurador, que observou que de acordo com o decreto seis mil novecentos e oitenta e seis, não há essa limitação, por fim falou que acha importante de observarem de permanecer inalterado a sugestão da comissão para o artigo específico, artigo vinte e quatro. Em seguida o presidente discorreu que sobre a manifestação do José Leonilson, abriria para votação no caso do artigo vinte e quatro, “o servidor só poderá se candidatar à Direção Geral do Campus no qual se encontre lotado”. Em seguida o presidente solicitou ao professor Leonilson, para que ele pudesse apresentar a manifestação dele, para que os conselheiros pudessem analisar a luz do artigo vinte e quatro a sua sugestão para que a comissão possa depois orientar os seus trabalhos. O conselheiro falou que sua sugestão seria para que permanecesse a redação do artigo vinte e quatro conforme sugerido pela comissão eleitoral, ou seja, permanecer a previsão de que só poderá se candidatar à Direção Geral do Campus o servidor que esteja lotado na unidade a qual pretende concorrer, acrescentou que a lotação obviamente seria especificamente no caso da unidade em seguida citou exemplo que possui determinados servidores que estão em exercício em outra unidade, como é o caso de alguns servidores que estão em colaboração técnico em outra unidade, mas que a unidade de lotação é o campus do interior o campus de Macapá, o campus de Porto Grande, por exemplo Laranjal do Jari, então a possibilidade de candidatura dele somente pelo fato dele está lotado e não de um servidor que esteja lotado por exemplo num campo de Santana e queira concorrer no Campos laranjal do Jari. Com a palavra o presidente falou que a nota do procurador fala foi quando no artigo vinte e quatro, segundo a recomendação a presidente junto com a comissão ela já se manifestou pela exclusão visto que o procurador ele trás na nota que depois inclusive todos acesso e depois pode ser lida, se for possível pela própria presidente da comissão, que no caso não encontraria respaldo, visto o direito de ampla concorrência, então nessa perspectiva possuem duas propostas a propostas a proposta de exclusão e a proposta de permanência. Em seguida o presidente realizou a leitura do parecer do procurador. Após a leitura do parecer do procurador, abriu a plenária para votação pela exclusão ou permanência. Em seguida perguntou ao pleno aquele que votam pela exclusão que pudessem se manifestar via chat. Após as manifestações com a palavra o presidente discorreu que por maioria votos, fica mantida a exclusão de acordo com a nota do parecer da procuradoria do Instituto Federal do Amapá. Em seguida a presidente continuou a leitura da minuta e iniciaram a análise da seção quatro. Após a leitura o presidente com a palavra abriu a plenária para apreciação da seção e observou primeiro no artigo vinte e nove, só para que possam fazer uma correção que tem no e-mail, viu que faltou o “edu” só para que não tenha nenhum erro no momento da submissão. Em seguida falou que uma outra observação que fez antes de passar para os colegas, é o fato de que a questão do anexo como passaram de aprovação do Conselho superior, como segunda instância de recurso, então anexo dois, deve também ter um formulário específico para o recurso de segunda instância, que esse recurso deve estar previsto no cronograma deve ter um prazo para esse recurso de segunda instância, destacou que esse é um ponto importante. Continuando falou que o último parágrafo no parágrafo único acha que é necessário ser reformulado uma vez que você a que apresentou nas decisões finais que não caberá recurso. Então sendo recurso em segunda instância, que o paragrafo único pode ser reformulado: caberá recurso em primeira instância e reforçando a segunda instância para os recursos através do conselho superior, destacou que é uma sugestão para que possam tornar o texto coerente com o que foi debatido até o momento na reunião. Em seguida o presidente abriu a plenária para que os conselheiros pudessem se manifestar sobre a seção três. O presidente franqueou a palavra para a conselheira

Telma. Com a palavra a conselheira Telma, discorreu que a presidente havia colocado na última na última seção sobre aonde eles estarão publicando, destacou se a comissão deseja alterar também para que ele cite o específico das eleições que tem vários na minuta sobre publicação. Com a palavra o presidente, falou sobre a questão que foi colocada pela conselheira Telma, também é um outro ponto que precisarão ajustar, não questão do conteúdo, padronizar dentro do texto como foi sugerido pela presidente da comissão. Em seguida falou sobre a questão específica dos recursos do Consup, por onde serão enviados, destacou que permanece como sugestão que seja enviado para comissão, mesmo em segunda instância e a comissão oficializa ao Consup. Em seguida o presidente perguntou ao pleno se todos estariam de acordo com a proposta, e pediu que manifestassem via chat. Continuando o presidente, discorreu sobre a colocação dos recursos em segunda instância eles serão enviados para o e-mail da comissão eleitoral e a comissão eleitoral oficializará dentro do prazo para apreciação do Consup, destacou até para que conte no processo também que será anexado que todas as manifestações passem pela comissão e o processo quem está fazendo o gerenciamento é a comissão, então registram a entrada da submissão do recurso por ela e depois toda a documentação deve ser anexada de uma forma conjunta, frisou que isso funciona também na esfera jurídica judicial. Neste momento a secretária informou que todos manifestaram de acordo. Com a palavra o presidente, discorreu que todos estariam de acordo sobre a questão dos recursos que foram submetidos em segunda instância, serão submetidos através de da comissão eleitoral e logo em seguida oficializado para o Consup. Continuando o presidente destacou que sobre a manifestação em relação aos artigos dessa seção, todos estão de acordo não havendo manifestação contrária aos artigos e toda a redação, sendo aprovada a seção quatro. Com a palavra o presidente franqueou a palavra para a presidente Hanna, para dar continuidade a leitura na seção cinco. Após a leitura o presidente agradeceu a presidente Hanna e abriu a plenária para manifestações da seção cinco da campanha do material de divulgação e franqueou a palavra para a conselheira Telma. Com a palavra a conselheira cumprimentou a todos, discorreu que seguindo a recomendação também do do procurador como a professora Hanna já havia falado. Pediu para repensarem mesmo esse tempo máximo do vídeo de um minuto, sugeriu pelo menos uns cinco minutos para que esse vídeo seja veiculado. Continuado falou sobre a questão da internet, acha que na era todos estão agora, veiculando as informações via internet, redes sociais inclusive o próprio IFAP, tem uma participação efetiva no YouTube, redes sociais e tudo mais. Discorreu que sentiu a falta dessa proposta de campanha mais efetiva pela internet e também pensando no meio ambiente e tudo mais, pediu para analisarem essas questões dos cartazes, *folders*, dos *banners*, acha que tem três *banner* por unidade, que até fica uma poluição visual também, destacou que conhecem a instituição internamente, sabem que até os editais que colam tudo tem um local para colagem, acha que poderiam repensar essa questão do cartaz do *folder*, do *Banner*, que poderiam colocar pelo menos um limite de um banner, ou dois *banner*, acha que três também já é um pouquinho maior o cartaz também o *folder* e abrir essa possibilidade maior de campanha na internet com vídeos mais duradouros, porque também não afeta o meio ambiente, nem nada assim do tipo e todo mundo também tem acesso. Discorreu que não deveriam excluir essa campanha física até porque, nem todos tem acesso à internet, a que também devem pensar nisso, mas fazer uma campanha mais aberta. Em seguida falou que tinha algumas sugestões de textos. Em seguida falou que teria mais duas observações que seria a inserção de um artigo, justamente sobre o que falou: A propaganda eleitoral deverá ser realizada, preferencialmente realizada preferencialmente, através da internet”, justamente por conta dessas questões as quais ela havia elencado ao pleno, sobre o uso de material gráfico. Em seguida descreveu no chat outra sugestão: “para estabelecer o período de entrega para análise das peças de acordo com o artigo trinta e nove, no que tange às dimensões e regras para utilização. Comentou que a comissão não colocaram até quando eles devem entregar, seria interessante nessa publicação de até quando, eles tem para entregar para análise da comissão e também. Destacou que já alteraram os artigos, acha que devem fazer essa análise geral no edital depois, tanto na questão da numeração dos artigos, quanto no texto, o texto que se refere a tal artigo. O presidente com a palavra agradeceu a conselheira Telma, discorreu que sobre a questão apresentada, destacou que é importante destacar na fala da Telma e observando ao longo da apresentação da professora Hanna, que possuem perspectiva da própria Rede Federal e do próprio Brasil, enquanto governo brasileiro, ele é consignatário de manifestações a nível da Organização das Nações Unidas de outros organismos internacionais, sobre a questão da sustentabilidade. Acha que a fala e a sugestão da conselheira Telma, vai muito nesse sentido, de atenderem também essa questão de sustentabilidade, e que seria contra senso deles enquanto uma instituição na Amazônia, trabalhando a questão da sustentabilidade como um dos pilares da instituição e terem um número excessivo de material, citou exemplo com todo respeito a redação que foi apresentada, discorreu que enquanto a presidente fazia a leitura, sentiu a falta de limitação de cartazes, de panfletos, por exemplo de não terem um limite que isso pode ser três, quatro, cinco mil, dez mil panfletos, sendo distribuídos de cada candidato, e se forem pensar a nível de campus e também de reitoria, podem ter alguns milhares de panfletos sendo lançado no meio ambiente. Continuando falou que precisam rever acredita que a partir da última fala da conselheira também, acha que abre um espaço para a questão de uma outra sessão extraordinária para que possam apreciar também até o final, visto que ele altera tanto a questão do número de artigos, que agora não seria mais a substituição de um artigo por outro, mantendo a ordem numérica, mas que mudam a própria configuração do texto em sua essência, acredita que ao final precisam deliberar sobre a questão de uma de uma nova reunião extraordinária, para apreciar o texto que será apresentado pela central eleitoral. Com a palavra o conselheiro Felipe, discorreu que considerado também o artigo que a colega Telma havia acabado de fazer a leitura o qual tratou sobre vídeo, falou que essa limitação em seu ponto de vista não deve ser imposta sobretudo, numa realidade que tem utilizado cada vez mais as redes sociais e também a quantidade de produções. Sentiu uma falta também nessa regulamentação de uma especificidade sobre o que

tange a redes sociais, todos sabem que atualmente tem diversos tipos de redes sociais, então esse tempo e essa quantidade de produção ela se aplica a campanha em geral ou algum tipo de rede social, ele acredita que possam estabelecer critérios mais específicos talvez. Quanto a outra situação também tem a ver com o tópico internet também que ele fica logo abaixo, o qual diz: que até vinte e três e cinquenta e nove, deverá ser desativados o veículo utilizado na campanha até vinte três horas e cinquenta e nove, no último dia de campanha, em relação a esse fez uma colocação de uma propositura para ser votada posteriormente, quando acabar fala dos colegas, porque ele verifica necessário essa desativação, e sim que seja impedido novas publicações, novas propagandas até as vinte e três e cinquenta e nove de um dia antes, do dia da votação, porque pode haver algum eleitor com dúvida em uma determinada proposta, determinado assunto, ele poderá ir lá e revisitar, sugeriu que seja modificado para que não haja novas publicações, mas não que seja retirado o conteúdo que foi colocado em sua totalidade da redes sociais ou na na *fanpage* ou algum outro mecanismo por ele utilizado. Com a palavra o presidente, respondeu ser perfeito ao conselheiro, e que logo após a fala do professor Victor retomariam para que possam também colocar em apreciação e em votação, tanto as sugestões da Telma como também do conselheiro em relação a esses dois itens. Destacou que precisarão retomar mais uma vez para aos acompanham também os conselheiros possam ter uma melhor orientação para o voto, em seguida frangeu a palavra ao conselheiro Victor. Com a palavra o conselheiro Victor, discorreu que sobre a fala da conselheira Telma também era a sua preocupação, destacou que falam tanto sobre sustentabilidade, acha que essa utilização demasiada de materiais impressos gera problemas relacionados à poluição, a poluição visual e outras, e nessa seara sentiu falta primeiro pela questão que o Welber falou da delimitação acha que é importante realmente ter, porque quando verificam questões de campanha tem até tiragem, a qual bem específica ela aparece no material de campanha, mas ficou preocupado porque assim esse material por fim além da poluição visual que pode acontecer em demasia, mas que já está bem bem delimitada questão da poluição mesmo ambiental, destacou que não viu em nenhum momento nos trechos a questão da responsabilidade dos candidatos ou do pessoal da campanha relacionada a esse material, não sabe se seria interessante em algum momento, algum parágrafo no final: é de extrema responsabilidade do candidato e etc e tal a questão do material apresentado a questão da poluição. Destacou que vai ficar o resíduo nas instituições nas unidades, acha que é importante que os candidatos o pessoal da campanha façam a retirada dos materiais para que não haja sobrecarga e nem mesmo problemas relacionados com a poluição. Em seguida o presidente franqueou a palavra para a professora Hanna. Com a palavra a professora Hanna, discorreu que a conselheira Telma relação ao prazo de entrega de materiais. Falou que para não terem mais um dia no cronograma, só para entrega análise, recurso, estabeleceram que e os candidatos eles não precisariam entregar o material para a comissão fazer essa medição, no caso do material físico. Destacou que o candidato vai pregar o seu cartaz lá na unidade e a comissão eleitoral local, fará essa fiscalização desse material, frisou que não só a comissão local, mas também toda a comunidade, mas que a fiscalização desse material é responsabilidade da comissão eleitoral local, dentre a responsabilidade da comissão, falou que a comissão vai analisar e se tiver fora daquela margem de erro de dois centímetros, será feito a retirada a do material do candidato. Em seguida falou que o candidato precisará fazer no ato da inscrição dizer quais são os materiais, citou exemplo irão usar faixa, *banner*, ou adesivo, depois ele não poderá ficar fora daquilo que ele informou na inscrição dele. Quanto a desativação da rede, colocaram para as vinte e três e cinquenta e nove, entendem que isso evita boca de urna, e que o eleitor pode ir lá no perfil e mandar direct para o candidato, e não terão como controlar. Falou que se o eleitor quiser ainda ter acesso as informações do material de todos os candidatos no dia da eleição, ele terá o material disponibilizado no site, que é o plano de trabalho, e os vídeos, porque além dos vídeos na redes sociais os candidatos também poderão encaminhar para a comissão central até cinco vídeos, no total de dez minutos apresentando seu plano de trabalho, que esses link's estarão disponíveis lá no site do IFAP, para qualquer eleitor a qualquer momento fazer essa análise da situação. Com a palavra o presidente falou a professora Hanna, que no caso teriam ainda a sugestão da conselheira Telma sobre a questão da propaganda ocorrer preferencialmente através da internet. A professora Hanna, discorreu que concorda plenamente da preferência pela internet, também concorda com o professor Victor Hugo, o qual acha muito importante colocarem essa responsabilização pelos materiais, para os candidatos que realmente não tem nada a respeito disso, acha que é um artigo que deve ser inserido. Falou que em relação aos quantitativos já diminuíram eram maiores as quantidades materiais que estavam, com maior quantidade e em tamanhos maiores também, destacou que já fizeram essa redução pensando nessa preservação principalmente em relação ao espaços do IFAP, se forem pensar no campus Oiapoque, centro de referência não teria como colocar dez faixas lá, que isso já foi pensando, mas dando essa preferência pela mídia digital, acha que cabe sim pensar nesse ponto. Com a palavra o presidente discorreu que seguindo esse raciocínio, perguntou a senhora presidente que ela concordava então que a campanha poderia ser preferencialmente pela internet, frisou que talvez seria importante reverem os itens, pediu a presidente para que retomasse no artigo trinta e nove, a fim de reverem algumas perspectivas, citou exemplo: primeiro rever a quantidade dos *banners*, acha que é importante, reverem e colocar para apreciação colocou como sugestão que é importante rever para manterem uma coerência do que está sendo apresentado sobre a campanha preferencialmente na internet, pediu para reverem também o item sobre faixa, talvez recomendarem a exclusão visto que haverá *banner*, pois terão material significativo acha que podem pensar nessa perspectiva. Sobre panfletos e *folders*, ou limitam ao quantitativo que atenda então todas as questões que são apresentadas sobre sustentabilidade, sobre a questão ambiental, sugeriu que podem excluir o tem cinco ou limitarem a um número máximo, sobre tudo com os panfletos, em consideração que seria uma grande problema para essa parte de divulgação de campanha. Sobre o cartaz talvez ele não se faria necessário considerando o limite dos *folders*, tem *banner*, já possuem um número maior na internet de tempo, que

seria uma recomendação inclusive da própria procuradoria, destacou que o parecer da procuradoria fala sobre essa questão do tempo máximo podendo ser o tempo maior inclusive para haver uma maior circulação das ideias então isso é importante. Destacou que essas sugestões que estava vendo no momento que a presidente foi fazendo a leitura, e com a fala da Telma, Victor e Felipe, foram surgindo essas questões para poder ajudar e deixar o texto mais coerente, sempre em uma perspectiva de uma sugestão para que possam votar. Falou que o tempo máximo se aumentam o número do tempo sobre a questão da internet, que a participação da internet automaticamente precisam aplicar proporcionalidade também em relação a vídeos, a vinculação desses vídeos, aumenta o tempo vídeo, acha que aumenta também a quantidade de vídeos limitar a cinco produções perde o sentido nessa perspectiva, porque seria incoerente citou exemplo incentivar uma campanha na internet e fazerem uma limitação de produção, por exemplo cinco vídeos e eles não poderem ultrapassar os cinco minutos então acha que aumentariam como sugestão o tempo do vídeo e a campanha ela ficaria aberta para livre circulação através da internet, seguindo tudo que foi colocado e o pleno concorda plenamente com a concepção que a comissão tem da questão do combate à *fake news*, as ofensas e tudo que pode ocorrer na internet, frisou que precisam ter esse cuidado, mas o tempo não podem ir na contramão do que está sendo apresentado, campanha preferencialmente pela internet não limitar o número de vídeos, mas talvez o tempo. Quanto ao item sete cartaz exclusão, porque passariam abordar na internet. Quanto ao plano de gestão o qual vai ser acompanhado de um link, com vídeos, em que a comissão eleitoral publicará no site institucional o plano de trabalho de gestão de cada candidato contendo links que irão direcionar os vídeos do candidato respeitando o tempo máximo em dez minutos, frisou que esse vídeo será postado no site institucional, destacou que ali não limitam, falou que precisam pensar também nessa perspectiva, porque se abrem o canal dele daquele candidato, daquela candidata para ele tem uma livre circulação de postagens enfim, seguindo ali o tempo máximo talvez de três, quatro, cinco minutos a precisarão analisar, e ter lá no site institucional essas postagens de dez minutos, talvez uma sugestão aqui que esse vídeo de dez minutos observando já que ele acompanha o plano de gestão de cada candidato talvez ele pudesse ser a apresentação do próprio candidato, um vídeo de apresentação desse candidato, acha que seria coerente com o que estão discutindo no pleno, desta forma teriam então o link, o plano de gestão de cada candidato, acompanhado de um vídeo de dez minutos, onde ele poderia fazer a sua apresentação em que sentido: a sua biografia, a sua trajetória institucional, a sua experiência, destacou que acha que importante destacarem isso, acha que a comunidade vai fazer um resumo das suas ideias talvez, enquanto a apresentação, sugeriu que pudessem colocar para a apreciação, perguntou se a presidente da comissão concordaria e franqueou a palavra para professora Hanna para sua manifestação. Com a palavra a presidente falou sobre a dúvida do link no site, em que colocaram o máximo de até dez minutos, limitando-se em até cinco minutos links para vídeos, destacou que seria um vídeo de dez minutos, mas caso não queiram fazer um de dez minutos para não ficar muito longo, ou a pessoa não quer enviar dois vídeos de cinco minutos, destacou que foi essa a intenção no inciso primeiro. Com a palavra o presidente discorreu que esse vídeo seria de apresentação, que seria essa a sugestão, apresentando seu plano sua candidatura. A presidente Hanna acrescentou que seria se apresentando e apresentando suas proposta de trabalho. O presidente Welber, frisou que a redação seria os cinco vídeos precisariam somar aos dez minutos. Em seguida de acordo com que foi apresentado o presidente iniciou a votação do primeiro item apresentado pela conselheira Telma, da inserção de um artigo como sugestão que a propagando eleitoral deverá ser realizada preferencialmente através da internet. Continuando o presidente abriu a plenária para votação e pediu que todos se manifestassem, através do chat. Após a manifestação da maioria dos conselheiros com a inserção do artigo que possa abrir como sugestão preferencialmente a campanha se dar pela internet, mediante a justificativa apresentada. Em seguida o presidente falou sobre a sugestão da conselheira Telma para estabelecer o período de entrega para análise das peças de acordo com o artigo trinta e nove no que tange às dimensões e regras para utilização, esse prazo deverá constar no cronograma em anexo. Discorreu que a presidente fez aqui a justificativas a metodologia que foi adotada e a conselheira então inseriu essa sugestão. Discorreu ao pleno para votarem pela sugestão em manter o texto original como está em relação a essa questão sem a necessidade da inserção no cronograma ou inserir a sugestão da conselheira Telma, ou seja, estabelecer o período para entrega de análise das peças de acordo com o artigo trinta e nove, ressaltou que nas justificativas da presidente que a comissão local é responsável por fazer esse acompanhamento, que seria desnecessário no cronograma uma apresentação de prazo que poderia alongar ainda essa etapa do processo. Em seguida o presidente perguntou ao pleno se estariam de acordo com a inserção do tempo do prazo ou podemos seguir de acordo com a metodologia apresentada pela comissão. A secretária informou que a conselheira descreveu no chat: Voto por manter o texto original após a explicação da presidente. Com a palavra o presidente informou que a conselheira Telma, retirou sua sugestão e que não precisariam fazer a votação em relação ao item. Com a palavra o presidente seguiu para a próxima votação que seria “alterar para um *banner* no paragrafo segundo e excluir ou diminuir as quantidades dos itens quatro, cinco e sete. Continuando presidente pediu ao pleno para manifestarem seu voto. Após as manifestações, por maioria dos votos o pleno aprovou para diminuir em um *banner* em razão das questões ambientais e demais justificativas apresentadas. Continuando abriu a plenária para a exclusão do item quatro, explicou que a votação se dará com a seguinte pergunta: concordam com a exclusão das “faixas”, que no item quatro por inteiro seria excluído, perguntou se todos estariam de acordo com a exclusão. Pediu ao pleno para se manifestarem. Após a manifestação pela maioria dos votos foi aprovado a exclusão do item quatro, sobre as faixas. Continuando falou que para o item cinco teriam a sugestão de exclusão do item cinco ou pela limitação do número de panfletos. Em seguida pediu aos pleno aos que estariam de acordo com a exclusão que se manifestassem. Após as manifestações, pela maioria dos votos aprovaram pela sugestão que a comissão eleitoral possa fazer essa análise de

apresentar na redação do texto, o limite para que possam levar em consideração tudo que foi apresentado em relação as questões ambientais. Continuando item sete sobre os cartazes, explicou que já tinham uma limitação quantidade máxima de três cartazes por unidade em locais pré-definidos pela comissão, permitida de apenas um modelo de cartaz. Discorreu que pela coerência do que foi apresentado, teriam uma limitação no qual poderia ser adotado o mesmo limite de quando foi apresentado a questão do banner. Em seguida o presidente colocou para a votação a impressão de um cartaz por unidade, solicitou que o pleno votassem, em não havendo objeções contrárias foi aprovado a sugestão. Continuando sobre a produção de tempo máximo dos vídeos, falou que precisavam analisar sobre a perspectiva de maior circulação de dez, um tempo maior, em estar coerente com o que foi apresentado que a campanha seja apresentada seja realizada preferencialmente pela internet. Em seguida sugeriu para que pudessem votar uma alteração de tempo máximo de um minuto como sugestão, seria um tempo máximo de cinco minutos por cada vídeo sem limitação de vídeos. Em seguida e perguntou se todos estariam de acordo com essa alteração de cinco minutos por vídeo, os quais poderia ser postado nos canais do candidato, pediu que se manifestassem, após manifestação sugestão aprovada. Continuando o presidente colocou para exclusão do paragrafo primeiro, sobre a quantidade de vídeos, explicou que poderiam votar pela exclusão ou permanência. Após a manifestação dos conselheiros de acordo com a votação ficou a sugestão para a exclusão do paragrafo primeiro sobre a quantidade de vídeos, no qual teriam uma campanha coerente com a recomendação em ser preferencialmente pela internet. Continuando falou que seguindo essa lógica já que vai ter a exclusão, que não limita acredite que ali precisariam fazer um adicional, uma letra “c” talvez, permanece acha que nenhum conselheiro manifestou sobre “a” letra a nem a letra “b”, então permanece o tempo, também a questão de ser em qualquer canal oficial do candidato. Em seguida falou que a sugestão que possam votar que tenham pelo menos esse esclarecimento de que não haverá limite de vídeo nas redes sociais e canal oficial dos candidatos. Destacou que seria uma sugestão de apresentar essa redação na letra “c”. O presidente discorreu que a conselheira Telma manifestou de acordo com a inserção já que é responsabilidade do candidato, então poderiam sugerir que não haverá limite de vídeos das redes sociais ou canal oficial do candidato. via chat. Em Seguida o presidente discorreu que a conselheira Telma apresentou a sugestão de redação para a letra “c” não haverá limites de vídeos nas redes sociais e cal oficial dos (as) candidatos (as).”. Continuando pediu ao pleno para se manifestarem sobre a sugestão de redação da conselheira Telma. Após as manifestações por maioria dos votos os conselheiros aprovaram a sugestão da redação da conselheira Telma, que já estava sendo inserida pela presidente Hanna. Continuando o presidente falou que no inciso sobre a internet, teriam a questão das redes sociais, blog, site e similares, destacou que similares contemplaria todo tipo de plataforma que estivesse devidamente registrado na inscrição do candidato. Acrescentou que a conselheira Telma, pediu para que pudessem ir no paragrafo sexto, e observassem um ajuste para inserir vídeos onde ele trata, sobre esses espaços, ferramentas que poderão ser utilizadas. Com a palavra a conselheira Telma justificou que estão falando de vídeo e esqueceram de colocar a palavra vídeo, seria somente uma sugestão para inserir. Em seguida o presidente perguntou se todos estariam de acordo com a inserção para ficar coerente com o texto, em não havendo objeções a sugestão foi aprovada pela maioria. Continuando o presidente seguiu para o oitavo paragrafo, seria o tempo em relação ao plano institucional, explicou a presidente para que possam ter um ajuste de redação para ficar claro que será um link de ate dez minutos, acha que como sugestão um vídeo de até dez minutos, contempla o que estão debatendo que poderia ser excluída a redação considerando o que estão debatendo. Destacou que esse vídeo deve acompanhar um plano de gestão do candidato ou candidata, em seguida o presidente perguntou se todos estariam de acordo, e pediu ao pleno para manifestarem. Após a manifestação do pleno, todos foram de acordo com a sugestão para o ajuste. Com a palavra o presidente, perguntou se haveria mais alguma consideração naquela seção, em não havendo mais manifestações. O presidente passou para a votação da retomada da trigésima sexta reunião extraordinária, a fim de darem continuidade aos trabalho nos demais itens da minuta, e perguntou ao pleno, se todos estavam de acordo com a retomada para às quatorze horas, após a manifestação do pleno aprovou a retomada da trigésima sexta reunião extraordinária, para as quatorze horas. Continuando a reunião as quatorze horas, o presidente cumprimentou a todos, informou que estavam retomando a trigésima sexta reunião extraordinária, a qual estava tratando a análise da minuta do regulamento para a consulta à comunidade da escolha para os cargos de reitor (a), e diretores-gerais dos campi. Informou que no período da manhã tiveram uma análise e votação até a quinta seção, e que estariam retomando o trabalho do conselho, acerca do trabalho da comissão a partir da seção seis. Continuando agradeceu a participação dos conselheiros, agradeceu também a participação da presidente da comissão professora Hanna Bezerra. Em seguida desejou uma boa tarde aos que estavam acompanhando através do *YouTube* da TVIFAP, canal oficial da nossa instituição. Discorreu que estavam fazendo apresentação de toda a seção com a leitura de todos os artigos, e logo depois abrem para que os conselheiros possam fazer a manifestação por ordem de inscrição, com o tempo limitado de até cinco minutos, em seguida haverá a palavra com a presidente da comissão para que possa as justificativas acerca do trabalho da comissão, em relação aos itens apresentado na seção e depois retomam em caso de sugestão para alteração, retomam com a sugestão e a votação pelo colegiado. A secretaria registrou a presença da conselheira Suélen. Em seguida franqueou a palavra a professora Hanna e mais uma vez agradeceu pela colaboração e pleno trabalho da comissão, agradeceu em nome dela a todos que estão realizando esse trabalho que vem fortalecer o processo de escolha dos cargos que estão sendo conduzidos com a consulta junto à comunidade. Com a palavra a presidente agradeceu, e prosseguiu com a leitura da seção seis: Das regras do debate, artigo quarenta. Após a leitura o presidente agradeceu a presidente pela leitura, e contribuiu sobre a questão logo no inicio de ser no auditório, acredita que poderiam como sugestão inserir, ou espaço orientado pela comissão local, lembrou que o campus

Laranjal do Jari, não possui auditório, precisaria que a comissão local pudesse verificar, qual o melhor espaço para atender adequadamente tanto para acomodação do público, quanto para infraestrutura que é necessária para realização desse debate. Em seguida passou para a ordem de inscrição, discorreu se acaso todos os conselhos estivessem de acordo, se não houvesse inscrição para manifestação, passariam para votação da seção, perguntou mais uma vez se algum conselheiro desejaria se manifestar sobre o debate de alguma questão específica. Com a palavra a conselheira Juliana, falou que sua dúvida seria sobre a duração total do debate, em caso por exemplo no campus de Laranjal do Jari, onde possuem um mini auditório ele tem capacidade entorno de sessenta a setenta pessoas e não caberia esse espaço para a realização do debate, ele seria feito na quadra ou na área de convivência. Desta forma possuem uma previsão de duração de debate, destacou que não sabe se encaixa com a realidade dos outros campi, mas teriam uma previsão de duração do debate de quatro horas, ela desejou saber qual seria a dinâmica, qual seria o tempo total, mais ou menos, se usariam mesmo essas quatro horas, porque ela crê que esses espaços não sejam apropriados para uma permanência tão longa de todos os envolvidos nesse processo. Em seguida o presidente franqueou para a conselheira Telma, com relação à falta de um candidato por exemplo, e ficar só o outro, ele tem aquele tempo para se apresentar, mas os servidores terão o direito de perguntar para esse candidato que estiver sozinho. Com a palavra o presidente franqueou a palavra para a presidente da comissão para responder. Com a palavra a presidente, discorreu que realmente pensando nessa questão do tempo do debate não ser tão longo e eles não consideraram realmente a questão da estrutura do campus Laranjal do Jari, achavam que tinham auditório, mas estipularam o tempo máximo de três horas então o debate não pode ultrapassar três horas. Continuando explicou que se ainda assim for considerado que um tempo muito longo, podem rever no caso específico no campus Laranjal do Jari. Em seguida falou que a questão do tempo também vai depender muito da quantidade de candidatos que tiverem, supôs se tiverem seis candidatos a reitoria, no campus ter cinco, seis candidatos a diretor, desta forma todos precisam ter essas isonomia quanto ao tempo de fala e que fizeram o cálculo mais ou menos nesse sentido, mas o tempo máximo, mas que não poderá ultrapassar as três horas do tempo máximo que estabeleceram. Quanto a segunda pergunta em relação a questão, se comparecer apenas um candidato, se houver apenas um candidato, destacou que realmente não colocaram a questão da pergunta aqui para ele, frisou que percebeu isso na hora estava lendo, foi uma coisa que chegaram a comentar, acredita que acabou passando batido. Em seguida falou que seria a apresentação, apenas a apresentação do candidato, do plano e as considerações finais, discorreu que não sabe se a conselheira desejaria apresentar como sugestão a possibilidade das perguntas, lembrou que as perguntas não serão feitas no momento do debate, o participante tem até uma hora antes para elaborar a sua pergunta, para que a comissão possa fazer a filtragem considerando os temas que foram escolhidos para o debate. A conselheira Telma, respondeu que desejaria sim colocar como opção, porque daria a possibilidade dos servidores, tirarem suas dúvidas, mesmo que seja só um. Com a palavra o conselheiro Victor, falou que pegando o gancho na fala da professora Hanna, sobre o tempo de três horas, no qual falou que a duração do tempo de acordo com o número de candidatos, e veio uma preocupação e se acaso estender, e chegar as três horas o debate será cancelado naquele momento, será paralisado e que ficou em dúvida por conta dessa duração. A conselheira Juliana, complementou que essa era sua dúvida se houve um calculo para estipular esse tempo máximo. Com a palavra a presidente da comissão discorreu que consideraram essa media de cinco a seis candidatos, mas que não teriam como saber se haverá mais candidatos do que esse quantitativo. Em seguida discorreu ao presidente que não fizeram uma previsão, que na verdade fizeram uma previsão apenas dos debates da transmissão pela TVIFAP, apenas dos debates de Macapá e de Porto Grande, considerando o campus Oiapoque e o Centro de Referência de Pedra Branca, mas gostariam de saber a possibilidade na verdade de todos os debates serem transmitidos, porque mesmo aqueles servidores que não podem do campus que possam assistir pela TV do YouTube, e que poderiam inserir essa informação, que não estão na minuta. O presidente falou que dessa possibilidade da transmissão e enquanto presidente da comissão recomendou que ela possa fazer a consulta diretoria de comunicação e ao setor de TI da das unidades para que possam ter essa confirmação se é possível, acredita que essa consulta já deve ser realizada antes da apresentação da minuta final, que esse seria o primeiro ponto que a presidente possa encaminhar através de ofício ou de uma comunicação oficial para os setores responsáveis para que conste nos registros dos autos do processo. Com relação a questão que foi colocada desse tempo máximo, acha relevante visto a colocação do professor Victor e professora Juliana, de terem essa análise, dessa possibilidade de pensar, em caso de ter um quantitativo bem maior, então talvez o tempo de três horas pode ser um pouco mais alongado, precisam pensar em estender um pouco, mais acha que usarem como sugestão, acha que abre uma possibilidade maior, então assim até quatro horas, esse até ele concede uma possibilidade muito maior, de atenderem, por exemplo ao que foi colocado em relação de terem um quantitativo maior e também houver um quantitativo por exemplo de um único candidato, haverá essa possibilidade de uma redução significativa do tempo. Em seguida falou que a outra sugestão é que possam também ter nessa possibilidade de alteração e também a outra para que possam trazer a questão que é colocada para quando o candidato as regras para quando for candidato único, para direcionar as perguntas, as possibilidades de perguntas que são direcionadas para o candidato único, não só apresentação do plano, mas que possa existir também toda uma sistemática para essas perguntas, são as sugestões. Em seguida o presidente falou se todos estiverem de acordo, poderiam iniciar a votação. Após a manifestação da maioria, o presidente falou que poderá seguir com as recomendações para os ajustes necessários com a inserção do artigo do “tempo maior” e no caso específico da transmissão dos debates nos campi, a partir da resposta da diretoria de comunicação juntamente com os responsáveis nos campi adicionar ou não essa possibilidade de transmissão para ser apresentado na próxima reunião. Em seguida o presidente franqueou a palavra para a presidente para dar continuidade na leitura da minuta na seção sete da fiscalização.

Após a leitura o presidente agradeceu a professora Hanna e franqueou a palavra para o conselheiro Victor. Com a palavra o conselheiro Victor, falou que sentiu falta no começo da seção, porque observam lá no cronograma aparece a data da inscrição que são os prazos, sentiu talvez a necessidade do chamamento para o cronograma que está previsto no anexo, acha que seria muito importante deixar bem bem identificado no texto que há um prazo para inscrição dos fiscais. Em seguida falou que não conseguiu o artigo que fala que a ausência de fiscais, não impedirá o início e a continuidade dos trabalhos, foi pensado se haverá fiscais titulares ou suplentes, como que ficará essa questão do artigo sessenta e nove. Com a palavra a presidente respondeu que no caso o candidato pode indicar inscrever serão três fiscais um titular e dois suplentes, então um titular vai ficar na sessão, caso haja necessidade de revezamento, tem os outros dois suplentes para fazer esse revezamento. Destacou que serão três fiscais por urna um titular e dois suplentes, mas se aquela urna não tiver nenhum fiscal, de nenhum candidato inscrito, isso não impedirá que a urna abra que ocorra o processo eleitoral, ou se aquela urna o candidato só conseguir um fiscal para aquela urna, e o fiscal precisar sair para fazer alguma coisa para voltar então não vai parar, porque ele saiu para poder votar, que seria nesse sentido, mas tem essa previsão da descrição de um titular e dois suplente. Com a palavra o conselheiro Victor, falou, e no caso que ela estaria falando na ausência deles que vai continuar a eleição quem ficará responsável momentaneamente será o membro da comissão que ali estará se fazendo presente? Com a palavra a presidente Hanna, respondeu que seria, porque na verdade o fiscal ele tem aquela função de fiscalizar que é mais pelo candidato que ele escreveu, a fiscalização da comissão eleitoral ela vai estar ocorrendo da comissão local e da vez a receptora que também tem essa função de fiscalizar, o processo em si, vai estar ocorrendo independente da presença da ausência de fiscais que estaria dentro das atribuições tanto da comissão local, da central dos membros representantes da central que estarão, nas unidades e a própria mesa receptora, destacou que essa função não depende da presença ou não dos fiscais do candidato. Com a palavra o conselheiro Victor, agradeceu a professora Hanna, e fez a ponderação se for possível de inserir no artigo que inicia a seção da fiscalização a questão do reforço da inscrição conforme o cronograma em anexo no edital. Com a palavra o presidente agradeceu, e pediu que seja feita essa revisão no cronograma que está bem claro essa questão do prazo para instituição. Perguntou ao pleno se poderiam seguir com essa observação, se todos estariam de acordo para seguirem com esse ajuste será encaminhado pela comissão, após a manifestação de todos estando de acordo. Seguiram para a seção oito do processo de escolha. O presidente agradeceu a presidente, e abriu a plenária para manifestações. Continuando recomendou a presidente da comissão que em face da possibilidade de alteração do modelo de votação, a qual já possui uma proposta em substitutivo que na na minuta que será apresentada que possam apreciar já com a resposta se terão a possibilidade de ter as urnas concedidas pela justiça eleitoral, acha que o tempo é suficiente para que tenham uma resposta até a próxima reunião, em que ela poderá trazer os artigos das seção oito e das suas subseções. Em seguida o presidente discorreu que não houve inscrições para manifestações dos conselheiros em relação ao formato que está no momento da reunião apresentado, para votação de cédula, perguntou se todos estiverem de acordo que manifestassem seu voto. O presidente informou que o conselheiro Alan, solicitou autorização para retirada da reunião em razão de compromisso assumidos previamente no mesmo horário as quinze horas. Continuando o presidente discorreu que por maioria dos votos o formato apresentado na seção oito foi aprovado, e caso tenham uma resposta do tribunal regional eleitoral em razão da solicitação realizada pela comissão para utilização das urnas eletrônicas, será apresentado na próxima reunião extraordinária para análise da seção oito a qual foi debatida e tudo mais que estiver relacionado sobre as urnas na reunião daquele dia. Em seguida o presidente franqueou a palavra para a presidente a fim de dar continuidade a leitura nove. Após a leitura o presidente abriu a sessão para manifestações dos conselheiros. Com a palavra o conselheiro Victor, discorreu que desde quando no começo quando colocaram na primeira seção e o conselheiro Felipe recomendou o momento para inserir na seção dez, sobre a questão da primeira e segunda instância, como estão colocando no texto, acredita que o artigo noventa e oito, onde tem o parágrafo primeiro e o parágrafo segundo, acha que o parágrafo segundo pode ser suprimido, porque querendo ou não a presidente da comissão ela estará na comissão eleitoral, sendo um mínimo de dois ou três, e substituiriam por um texto e colocariam a questão do recurso, em que o resultado caberá o recurso a comissão eleitoral na primeira instância e na Segunda instância ao Consup. caso seja necessário nessa deliberação como já haviam colocado no texto anteriormente, dessa forma acha que é produtor também manterem essa mesma redação quando houver essas posições onde uma instância poderá não conseguir julgar e a segunda instância poderá estar deliberando, realizou essa colocação em fazer a exclusão a supressão do parágrafo segundo e a redação colocando conforme já foi colocado na sessão um, relação a primeira instância e a segunda instância, a primeira instância cabe a comissão eleitoral e por último caso necessite a segunda instância ao conselho superior do Ifap. Em seguida o presidente agradeceu ao professor Victor e franqueou a palavra para a presidente da comissão para justificativa. Com a palavra a professora Hanna, discorreu que considerando tudo que já foi colocado anteriormente em relação a essa possibilidade de segunda instância conforme recomendação do Conselho superior, pegou o que foi colocado pelo professor Victor Hugo, dessa possibilidade de segunda instância, ela vai entrar em todas as possibilidades de recurso né isso de julgamento de recursos. Destacou que seria interessante pensarem como vai ser feito essa questão se o conselho superior vai estar de plantão junto com a comissão, porque tem um momento, citou exemplo de campanha onde já pela experiência nesse tipo de processo, recebem o tempo todo vários pedidos de impugnação, de recurso é onde tem o volume maior, frisou que essa resposta tem que ser muito rápida, não daria para fazer uma convocação, esperar uma convocação, enfim que seria interessante já que vai constar essa possibilidade, da segunda instância de acordo com a recomendação, que ela conste em todos os pontos, e que os membros do conselho também já entendam dessa necessidade, desse plantão realmente para

julgar, porque existindo a possibilidade de segunda instância, possivelmente qualquer recurso que vier pode ser que seja encaminhado, que seja solicitado essa análise pelo conselho. Com a palavra o presidente, falou que colocaria em votação até para que possam expandir essa discussão em torno desse debate, em torno da permanente disposição do conselho superior para que possa imediatamente, ao ser acionado pela comissão central possa se fazer imediatamente presente para que possa ter análise do recurso. Destacou que anterior a esse debate, falou que como o professor Victor ele apresentou a sugestão de alteração, solicitou a ele, caso tenha a sugestão de texto, que ele pudesse, inserir para apreciação dos colegas através do chat. O conselheiro descreveu no chat: “§ 1º Do resultado da eleição, caberá recurso à comissão Eleitoral em Primeira Instância, e em segunda instância ao Conselho Superior do IFAP, conforme anexo II”, descreveu que seria a sugestão com base nas redações anteriores. Com a palavra o presidente falou a fim de manterem a coerência do texto, analisou também e trouxe como sugestão, que a partir da sugestão de texto do professor Victor, então automaticamente teriam a exclusão do parágrafo seguinte, não seria coerente manter o julgamento de recurso deverá ser no mínimo, três membros da comissão eleitoral na possibilidade para fins resguardo do interesse público e complemento do cronograma, o julgamento poderá ser feito pela presidente da Comissão Central, então seria substituído pela participação do Consup, enquanto segunda instância. Em seguida perguntou se nesse item especificamente, se a presidente da comissão teria algo a se manifestar ou apresentar, respondeu que não haveria nenhuma manifestação. A presidente falou que o texto proposto pelo professor Victor poderá ser excluído o primeiro e o segundo, em primeira instância e segunda instância, primeiro e segundo parágrafo. O presidente Welber, discorreu que substituiriam, então pela sugestão do professor Victor. Em seguida o presidente colocou em votação para apreciação dos membros do consup, em que ficaria como parágrafo único, já para fazer a inserção no documento. Em seguida abriu para votação, e perguntou se todos estariam de acordo com a sugestão de redação do professor Victor Hugo. Após as manifestações, o presidente informou por voto da maioria, a sugestão do texto a substituir tornando parágrafo único do resultado da eleição, caberá recurso a comissão eleitoral em primeira instância e em segunda instância ao conselho superior do Ifap, conforme anexo dois. Em seguida o presidente franqueou a palavra para que pudesse passar a seção dez. A presidente da comissão com a palavra iniciou sua leitura. Após a leitura o presidente agradeceu a presidente da comissão e abriu a plenária para manifestação dos conselheiros para inscrição, em não havendo manifestações ou sugestões. O presidente abriu para votação da seção dez, das denúncias e infrações, perguntou se todos estariam de acordo, e pediu para se manifestarem via chat. Após as manifestações por maioria dos votos a seção foi aprovada pelo conselho superior. Em seguida o presidente franqueou a palavra para a professora Hanna, para dar continuidade da leitura nas considerações finais. Com a palavra a presidente realizou a leitura do artigo cento e cinco. Após a leitura o presidente abriu a inscrição do pleno para manifestação da seção considerações finais. Com a palavra o professor Victor, discorreu para o presidente Welber e professora Hanna, a fim de manter a harmonia dos textos, achou que cabe a mesma redação, da questão da instância da primeira e da segunda, destacou que sentiu falta da indicação do foro competente, se for necessário partir para alguma ação judicial, alguma nesse sentido algum conflito, destacou que não seria interessante no final colocar um artigo no final o foro de competência da justiça federal, o foro responsável em avaliar qualquer tipo de conflito que não estiver ao alcance da primeira instância e segunda instância. Com a palavra o presidente Welber discorreu, que por regra ao esgotar a esfera administrativa então precisam designar o foro para a esfera judicial, destacou que o professor Victor faria a sugestão de texto para que passam votar, em razão do artigo cento e doze, frisou que na verdade mudou toda a numeração, que já não será mais o cento e doze, mas esse último artigo terminaria com essa sugestão, com a redação que o professor Victor acabou de inserir no chat: “casos omissos serão decididos em primeira instância pela comissão central eleitoral e sem segunda instância pelo conselho superior. Discorreu para a professora Hanna, que poderia copiar como sugestão e também se possível a votariam sobre a questão do foro do judiciário para que possam elencar também já fazer uma sugestão para a comissão. Em seguida franqueou a palavra para a presidente da comissão. Com a palavra a presidente discorreu, que considerando as recomendações dos conselheiros em relação a essa questão achou que é importante fazer todo esse ajuste, em relação ao consup e como estão superior em todos em todas as possibilidades do recurso e impugnação do processo, acredita que é suficiente para fechar artigo do artigo cento e dois no último artigo que pode ser que mude. Com a palavra o presidente, falou que precisarão inserir um artigo sobre o foro e fazer o ajuste no último artigo, em relação a segunda instância do conselho superior, em seguida o presidente pediu que os conselheiros pudessem se manifestar se estariam de acordo com a redação proposta pelo professor Victor Hugo. Após as manifestações da maioria dos conselheiros estando de acordo, a sugestão de texto deve conter na minuta para apreciação na próxima reunião extraordinária, discorreu para presidente Hanna que esse seria o último artigo. Em seguida falou que abrindo uma seção nas considerações finais que poderiam trazer na manifestação com a sugestão do texto do professor Victor Hugo que “A justiça Federal do Estado do Amapá, subseção Judiciária de Macapá, será o foro competente para dirimir conflitos decorrentes do processo eleitoral regido por este edital”. Em seguida o presidente seguiu para votação e explicou que no caso seria a inserção de um artigo que seria com redação de sugestão e perguntou se todos estariam de acordo. Após as manifestações, havendo uma abstenção do conselheiro Felipe e por maioria dos votos que a sugestão de texto possa conter o artigo adicional sobre a questão do foro. O presidente discorreu sobre a necessidade de fazer análise do cronograma, e verificou que possui sugestão de datas e que são dois cronogramas O presidente discorreu que verificou que existe a sugestão sugestões de duas datas que a presidente faz a abertura tanto do encaminhamento do processo colocando as opções explicando o presidente com a palavra escorreu que todavia precisam considerar que os cronogramas apresentados poderão ser alterados em razão de novas etapas que serão acrescidas discorreu que podem fazer uma análise

para levar a sugestão de redação para comissão. A presidente da comissão com a palavra discorreu que fizeram a proposta de dois cronogramas, explicou que na verdade o primeiro cronograma caso conseguissem fazer a reunião no dia dezoito, desta forma essa primeira sugestão não poderá ser contado e o segundo cronograma para o dia vinte oito de agosto, porém nos dois cronogramas consideraram a deflagração no dia dezoito de junho, conforme presidente colocou no início, que a deflagração conta no dia da publicação no diário oficial da união. Desta forma a publicação ocorreu no dia vinte um de junho, explicou que no intervalo do almoço realizou algumas alterações rápida no cronograma três, consideramos noventa dias, a partir do dia vinte um de junho. Assim falou que a homologação final será no dia dezoito de setembro, porque teria um dia dezois e dezoisete, sendo sábado e domingo final de semana, e dia dezoito de setembro uma segunda-feira, desta forma os noventa dias contados, a partir do dia vinte e um de setembro, quando deve ocorrer a homologação pelo consup, no entendimento da comissão todos os prazos deverão ser inseridos nesse período, considerando que a comissão possui quarenta e oito horas, para apresentar todo o processo para o consup, até o dia dezois de setembro, para encerrar e encaminhar para o conselho superior para atender o prazo de avaliação e tudo. A presidente explicou que o cronograma da comissão não consta essa possibilidade de segunda instância, porque não estava posto no edital, mas em uma visualização rápida inserindo um dia para cada sugestão, para cada processo de recurso, seriam vários dias a mais, porque possuem recurso do edital, recurso da inscrição dos candidatos, recurso da lista dos votantes, recurso de impugnação das candidaturas e depois seria os recursos finais, em seguida a presidente falou se o consup, entenda que deve haver uma segunda instância de impugnação para ser coerente com toda a norma, então deve estar presente em todas as possibilidades de impugnação, por isso que mencionou anteriormente essa necessidade de plantão, porque haverá momentos em que haverá recurso no fluxo mais rápido, não com datas postas, neste caso precisam fechar o cronograma até o dia dezoito. Discorreu que a comissão considerou a publicação sendo na data da reunião que estava acontecendo e que o presidente mencionou a necessidade de uma nova reunião por conta das mudanças que o conselho superior recomendou fazer na reunião daquele dia, tinham feito um cronograma com a possibilidade da publicação no dia vinte e dois que seria no dia posterior, acredita que não devem esperar muitos dias para publicar o edital, porque diminui a quantidade de dias até chegar o dia da homologação e de repente for do entendimento de todos que amanhã já faça uma nova reunião, a comissão conseguirá apresentar essa versão atualizada e atualizaria o cronograma considerando a publicação no dia vinte e dois de agosto com consup fazendo suas análises, pois se tiverem mais dias para poder publicar perdem uma quantidade de datas ainda mais, com essas novas exceções de possibilidade da segunda instância por conta de serem mais dias desses momentos de novos recursos se forem necessários. Com a palavra o presidente perguntou para a professora Hanna se ela junto com a comissão conseguiriam entregar a minuta na tarde daquele dia até o final do dia, para ser convocada a reunião para o próximo dia pela manhã. A presidente da Comissão discorreu que até o final do dia às dezoito horas ela não sabe se conseguiriam colocar toda a inserção, mas que até o final da noite conseguem fazer toda a análise. O presidente discorreu que precisariam de um tempo hábil para realizar a convocação, desta forma convocaria uma reunião para quarta-feira e a publicação seria na quarta-feira. A presidente falou certo, contando com a publicação no dia vinte e três. Em seguida a presidente explicou que estão com a preocupação com esse cronograma, por conta do trabalho que a comissão terá após, no qual é um trabalho que é mais difícil de toda essa organização, no caso essas datas de análise do conselho superior em Segunda instância, citou o exemplo dos prazos para impugnação da regulamentação pelo cronograma possui dois dias vinte e um e vinte e dois, resultado dos pedidos de impugnação, seria a data que a comissão publicaria esses pedido de impugnação e no dia seguinte a inscrição dos candidatos, com a possibilidade da segunda instância teriam mais um dia que seria vinte e quatro, seria mais um dia para submissão, mais um dia para análise para publicar, considerando que possuem, além dessa mais duas fechadas no cronogramas momento de impugnação e recurso em relação ao processo, seriam mais seis dias, considerando três recursos seriam seis dias a mais que precisa inserir no no calendário, destacou que haverá esse aperto no cronograma por conta da inserção desses dias e a questão dos finais de semana, porque inseriram algumas ações aos finais de semana a presidente explicou que com aquela data inicial no dia quinze contando com a data daquele dia até lá, possuem vinte e dois dias úteis como dia dezois e dezoisete sábado e domingo possuem vinte e três dias úteis, até a homologação do processo que alguns desses momentos recairão no final de semana e perguntou novamente se poderia ocorrer a reunião do conselho superior nos finais de semana sendo necessário para fazer análise de recurso em segunda instância. O presidente com a palavra discorreu que colocaria em votação a perspectiva que todos se manifestem, se estarão disponíveis enquanto segunda instância, a partir da convocação, em seguida perguntou se todos estariam de acordo com a convocação mediante a segunda instância, para se fazer presente no conselho superior para análise de recurso em segunda instância, em regime de plantão, perguntou se todos estariam de acordo. Em seguida o presidente informou por maioria dos votos, o conselho superior, se encontrará de plantão para análise de recurso em segunda instância. O presidente com a palavra, falou que por maioria dos votos o conselho superior se encontrará em regime de plantão para análise em segunda instância, em seguida informou que o conselheiro Felipe Brener, não está de acordo com o regime de plantão, mas pela maioria dos votos o conselho superior estará em regime de plantão. Em seguida o presidente dando continuidade, informou a presidente que deverá apresentar um novo cronograma, com essa minuta que encaixe com os períodos para o recurso em segunda instância, que possam trazer em análise para a próxima reunião, frisou que a próxima trigésima sexta reunião extraordinária convocada para a próxima quarta-feira às quatorze horas, destacou que nesta reunião irão apenas nos itens que serão necessários fazer a revisão. Em seguida falou que os itens aprovados na reunião não precisarão ser apreciados. Em seguida

perguntou a presidente se desde o início da reunião as sugestões de texto que foram lançadas em relação as sugestões do conselho superior no artigo dois e no artigo quatro, destacou se ela teria a redação do texto proposto. A presidente respondeu que fez a cópia do que foi colocado pela conselheira Juliana em relação aos casos omissos. **Considerações finais:** O presidente falou que no caso substituiu o oito colocando a possibilidade do conselho superior em segunda instância. Em seguida o presidente informou que a reunião será virtual, seguindo o rito da reunião extraordinária que estavam seguindo e abriu a plenária para manifestação dos conselheiros. Com a palavra o presidente, discorreu que tiveram a análise dos recursos interpostos em segunda instância que será de competência do conselho superior do Ifap, e depois o paragrafo primeiro onde trás que os casos omissos serão resolvidos em primeira instância pela comissão eleitoral central, através do voto da maioria dos presentes em reunião, ser exigido para qualquer reunião o quorum de três membros e em segunda instância pelo conselho superior do Ifap. Em seguida o presidente agradeceu a presidente da comissão e toda comissão que trabalha no processo que é fundamental para a vida da instituição, agradeceu a todos os conselheiros, agradeceu a participação da secretária Fabiana Neves, por toda condução do processo. Em seguida franqueou a palavra para considerações finais da professora Hanna Bezerra. A presidente com a palavra agradeceu ao presidente, agradeceu aos membros da comissão central, em que são nove pessoas entre professores, técnicos e estudantes, agradeceu a eles por estar nesse trabalho representando-os, agradeceu aos que os escolheram para compor a comissão eleitoral, por fim discorreu que irão aos trabalhos para finalizarem a minuta e dar sequências aos trabalhos, agradeceu aos conselheiros do consup e a secretária. Com a palavra o presidente mais uma vez agradeceu a todos e reforçou para a professora Hanna, assim que a minuta for concluída que se possa encaminhar imediatamente para a secretaria do consup, para que possam enviar aos conselheiros para análise exatamente das propostas ali votadas, facilitando o andamento da próxima reunião a qual almejam que seja bem objetiva, e mais uma vez agradeceu a todos. **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Nada mais havendo a tratar, o presidente deu por encerrada a reunião às quatorze horas e trinta e dez minutos. E para constar, eu secretária lavrei esta ata, que depois de lida e achada conforme, será assinada pelos participantes da reunião. **Secretária:** Fabiana Neves da Silva. **Presidente:** Welber Carlos Andrade. **Participantes:** Alan Rodrigues da Silva, Antonio Jovino Santos da Silva, Cleverton França Vaz, Felipe Brener B. Oliveira, José Leonilson Abreu da Silva Junior, Juliana Eveline dos Santos Farias, Márcio Getúlio Prado de Castro, Telma Adriana Souza Lobato e Patrick de Castro Cantuária e Victor Hugo Gomes Sales e Suélen Felix Pereira.

Documento assinado eletronicamente por:

- Welber Carlos Andrade da Silva, Presidente do CONSUP-IFAP Substituto - PRES. CONS001 - RE, em 23/09/2023 17:47:53.
- Telma Adriana Souza Lobato, TECNICO DE LABORATORIO AREA, em 23/09/2023 18:04:50.
- Victor Hugo Gomes Sales, PRO-REITOR - CD0002 - PROEN, em 23/09/2023 18:53:06.
- Jose Leonilson Abreu da Silva Junior, DIRETOR GERAL - CD2 - PTG, em 23/09/2023 22:09:49.
- Juliana Eveline dos Santos Farias, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 23/09/2023 22:31:54.
- CLEVERTON FRANÇA VAZ, 2019140100028 - Discente, em 24/09/2023 00:38:10.
- Antonio Jovino Santos da Silva, PROF ENS BAS TEC TECNOLOGICO-SUBSTITUTO, em 24/09/2023 09:01:25.
- Felipe Brener Bezerra de Oliveira, CS - CONSUP, em 24/09/2023 10:46:59.
- Fabiana Neves da Silva e Silva, Sec_sup - CONSUP, em 24/09/2023 11:08:45.
- Alan Rodrigues da Silva, Alan Rodrigues da Silva - Conselheiro Titular - Crea Ap (84408731000160), em 24/09/2023 15:00:14.
- Marcio Getulio Prado de Castro, DIRETOR GERAL - CD0002 - MCP, em 24/09/2023 15:21:48.
- Patrick de Castro Cantuária, Patrick de Castro Cantuária - 203110 - Pesquisador em ciências da terra e meio ambiente - Iepa (34927285000122), em 25/09/2023 09:08:35.
- Suelen Felix Pereira, Suelen Felix Pereira - Conselheiro Titular - Ifap Reitoria (1), em 25/09/2023 16:37:11.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 22/09/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 71815
Código de Autenticação: 04a979c3fc

